



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA - CESUPI
FACULDADE DE ITAITUBA - FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

VINICIUS GALVINO DO NASCIMENTO

**A EXPANSÃO ISLÂMICA NO NORTE DA ÁFRICA NO SÉCULO IX E SUA
IMPORTÂNCIA PARA ECONOMIA DA REGIÃO MEDITERRÂNEA**

Itaituba
2017

VINICIUS GALVINO DO NASCIMENTO

**A EXPANSÃO ISLÂMICA NO NORTE DA ÁFRICA NO SÉCULO IX E SUA
IMPORTÂNCIA PARA ECONOMIA DA REGIÃO MEDITERRÂNEA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciatura Plena do Curso de História.

Orientador: Prof. Esp. Huyrismar de Almeida
Barros

Itaituba
2017

Nascimento, Vinícius Galvino do

A Expansão Islâmica no Norte Da África no Século IX e sua Importância para Economia da Região Mediterrânea/Vinicius Galvino do Nascimento. Itaituba: FAI, 2017.

62 f. : il.

Orientador: Huyrismar de Almeida Barros

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Itaituba, 2017.

1. História. 2. Islamismo. I. Nome do orientador (Barros, Huyrismar de Almeida). II. Faculdade de Itaituba. Itaituba, BR – PA, 2017.

VINICIUS GALVINO DO NASCIMENTO

**A EXPANSÃO ISLÂMICA NO NORTE DA ÁFRICA NO SÉCULO IX E SUA
IMPORTÂNCIA PARA ECONOMIA DA REGIÃO MEDITERRÂNEA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciado no Curso de História.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____

Mara Aparecida Pereira do Nascimento, Especialista

Orientador: _____ Nota: _____

Huyrismar Almeida Barros, Especialista

Avaliador: _____ Nota: _____

Ricardo Nei Araújo, Mestre.

Resultado: _____ Média: _____

Data: 16 de março de 2017

A minha família, em especial a minha avó Francisca (in memoriam) que sempre me incentivou a seguir com os estudos, a meus pais Paulo e Lucileia por todo o amor e carinho proporcionados. Dedico-lhes essa conquista com gratidão.

AGRADECIMENTOS

A meus pais, meu irmão Victor Galvino e minha tia Orlete Galvino pelo incentivo e apoio em todas as etapas da minha vida. Obrigado por tudo.

A meu orientador Professor Huyrismar Almeida Barros, pela paciência, incentivo, apoio e por me guiar na construção deste trabalho.

A meus amigos, José Marcos, Flaviane Cavalcante e Jefferson Alves, pelo apoio e ajuda que me deram quando precisei em todos esses anos da minha vida e principalmente no ensino superior. Muito obrigado.

Ao professor Cristian Karam por disponibilizar de seu tempo para ajudar-me com a indicação de bibliografias e sanando minhas dúvidas neste processo.

A professora Vânia Souza grande inspiradora na minha escolha do ofício do historiador. Muito obrigado.

Aos professores do curso que de uma forma ou de outra contribuíram para o engrandecimento de meu aprendizado, em especial ao professor Ricardo Nei que sempre nos motivou e foi o responsável pela escolha do tema desta monografia. Muito obrigado.

Aos colegas de curso com os quais convivi durante estes quatro anos, tornando-se uma família para mim.

A única arma para melhorar o planeta é a Educação com ética. Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da pele, por sua origem, ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.

“Nelson Mandela”

RESUMO

Ao longo de três séculos o mundo conheceu a força de uma fé nascida nas áridas areias do deserto árabe, ao final deste período o Islamismo despontou como um Império. Seu legado de transformações impactou todas as regiões ao seu redor, principalmente a África do Norte. Em virtude disto este trabalho vem colaborar com a construção de um novo olhar para as questões que envolvem a História Medieval, além de auxiliar nas reflexões sobre como o Oriente foi essencial para o desenvolvimento econômico e cultural do Ocidente, dentro de um recorte temporal que se inicia com o nascimento da religião islâmica, indo até a sua expansão máxima no século IX. Entretanto, será dada maior ênfase ao período na qual o domínio do islã invade toda a região do norte da África e a Península Ibérica. Sem deixar de lado, é claro, outros relatos ou fontes que abordaram ou reservaram espaço aos estudos e descrições do continente africano.

Palavras-chave: História Medieval, Islamismo e História da África.

ABSTRACT

Over the course of three centuries the world experienced the strength of a faith born in the arid sands of the Arab desert, at the end of this period Islam emerged as an Empire. Its legacy of transformations has impacted all the regions around it, mainly North Africa. As a result of this, this work contributes to the construction of a new look at the issues surrounding Medieval History, as well as helping to reflect on how the Orient was essential for the economic and cultural development of the West, within a temporal Begins with the birth of the Islamic religion, reaching its maximum expansion in the ninth century. However, greater emphasis will be given to the period in which the dominance of Islam pervades the entire region of North Africa and the Iberian Peninsula. Without leaving aside, of course, other reports or sources that have addressed or reserved space for the studies and descriptions of the African continent.

Keywords: Medieval History, Islam and History of Africa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES OU FIGURAS

Figura 1 - Expansão do Islamismo no norte da África.....	26
Figura 2 - Mapa Físico da Região Mediterrânea.	28
Figura 3 - Antigo astrolábio árabe (Museu Espanhol de Antiguidades).....	56

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1 MAOMÉ E O ADVENTO DO ISLAMISMO	13
2.2 SHARIA.....	17
2.3 A SUCESSÃO DO PROFETA, DE ABU BAKR À ALI TALIB, E A DIVISÃO DOS MUÇULMANOS	18
2.4 JIHAD.....	23
2.5 A EXPANSÃO DO ISLAMISMO PELOS OMÍADAS	24
2.6 O CALIFADO ABÁSSIDA E O ISLÃ TRANSNACIONAL	29
2.7 A EXPANSÃO ISLÂMICA NO NORTE DA ÁFRICA E REGIÃO MEDITERRÂNEA.....	34
2.7.1 O Caso do Magreb.....	34
2.7.2 O Caso do Egito	38
2.7.3 O Caso de al-Andalus	42
3 METODOLOGIA.....	45
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	45
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	47
5 CONCLUSÃO.....	57
REFERÊNCIAS.....	58

1 INTRODUÇÃO

Durante um longo período pensou-se em Idade Média como a “Idade das Trevas”, termo carregado de preconceito cunhado durante o Renascimento. Essa visão denota o quanto a História vem sendo construída pelas bases eurocêntricas, que desprezam os avanços ocorridos na Ásia e na África em detrimento ao atraso observado em parte da Europa na mesma época. Desta feita, objetivamos analisar o papel do Islamismo como fator importante no desenvolvimento econômico da Região Norte Africana. Demonstrando que o mundo medieval se caracteriza por uma troca intensa de conhecimento entre o Ocidente e o Oriente, proporcionado pelo fluxo comercial intenso na região do Mar Mediterrâneo.

Desta forma, nosso objetivo será, por meio da leitura e reflexão dos textos, compreender a respeito do processo de consolidação da religião islâmica na região da costa do Mar Mediterrâneo.

No atual momento, onde há uma nova proposta de se estudar a História e revisar tudo aquilo que constituiu a grade curricular escolar, em particular desmistificar períodos como a Idade Média e inserir geograficamente outras regiões, para abranger o mundo todo e deixar para trás a forma positivista de se analisar os fatos. Faz-se necessário a concepção de uma forma menos restritiva de pensar, é preciso deixar ideologias e preconceitos de fora das avaliações e exposições para um maior entendimento da História.

Para tanto, iniciaremos este trabalho com o surgimento do Islamismo, percorrendo sobre a vida do profeta Maomé até a expansão do Islã pelos omíadas. Em seguida, o foco será de que forma se deu a rápida expansão desta religião dentro e fora da Península Arábica, utilizando como divisão o califado ortodoxo: Abu Bakr (632 – 634); Omar (634 – 644); Otman (644 – 656); Ali (656 – 661). Esta divisão se faz necessária para que se possa observar os diferentes estágios desta expansão, e que essas sucessões não ocorreram apenas de maneira espiritual, mas também de maneira política.

Assim o segundo tópico tratara da expansão do Islamismo propriamente dita, sua consolidação a partir do século IX no Norte da África. A ascensão da dinastia abássida. Além disso será caracterizado o funcionamento econômico do Império Islâmico e sua importância do cenário mundial.

Por fim, o último tópico terá como foco o legado deixado pelo Islã para o mundo, seja nas mais diversas áreas do conhecimento como na medicina, astronomia, filosofia, artes e outras inúmeras contribuições. Destacando principalmente a Casa da Sabedoria, situada em Bagdá, tendo sido considerada o maior centro intelectual durante a Idade de Ouro do Islã. Ou seja, este trabalho objetiva também debater acerca do domínio árabe e a implicação deste para o desenvolvimento sociocultural do mundo.

As novas percepções de análise histórica advindas da Escola dos Annales despertaram uma maneira nova de se estudar a sociedade e suas particularidades. A crítica ao enaltecimento de grandes heróis e seus feitos, e o surgimento de uma revisão dos fatos. Possibilitou a inserção de outros artífices da História que antes se viam marginalizados. Além disso, permite que períodos não sejam caracterizados apenas por fatos ocorridos em uma parcela ínfima da população, mais precisamente a importância da África e dos povos muçulmanos no desenvolvimento econômico e intelectual da Idade Média.

Nos últimos anos nos defrontamos com um acirramento religioso de grandes proporções que gerou comoção e ódio, principalmente à religião islâmica e seus dogmas. Este pensamento prejudica todo o legado histórico dos povos muçulmanos e retoma o pensamento criado principalmente durante as cruzadas de que este seria um povo infiel, invalidando assim suas crenças.

A análise desta temática passou a ser uma necessidade em virtude da relevância dos estudos da História da África e da reconstrução da História do Mundo em diversos âmbitos sociais. Cabe ainda destacar que a importância de se desenvolver este projeto centra-se no empenho de caráter científico que o trabalho pretende apresentar, haja vista a extensão que se pretende alcançar com a execução do mesmo. Um outro aspecto refere-se à relevância social do estudo uma vez que seus resultados poderão contribuir consideravelmente para a melhoria do processo de exposição dos fatos estudados.

A problemática da propagação de que o mundo esteve inserido na “Idade das Trevas” tem atingido dimensões cada vez mais ascendentes, uma vez que o período foi caracterizado pelo atraso no pensamento humano, na arte, na literatura e nas ciências. Também se dissemina a teoria que a religião Islâmica sempre teve caráter retrogrado e belicoso, contrastando com os preceitos islâmicos de pregar os ensinamentos de Maomé. O uso das diversas fontes históricas é fundamental para a

construção das informações acerca das relações estabelecidas entre o Oriente e o Ocidente e sua relevância para o fortalecimento da economia medieval, assim como o florescimento de uma nova ordem mundial.

Logo, a escolha deste tema visa uma contribuição para fomentar maior discussão e interesse dos historiadores que acreditam na História como ponto de partida para as transformações que nossa sociedade necessita, e consequentemente, contribuindo para a construção de novos conceitos e teorias.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 MAOMÉ E O ADVENTO DO ISLAMISMO

Maomé, ou Mohammed, nasceu por volta do ano 570 na cidade de *Meca*, atualmente na *Arábia Saudita*. Era filho de um caravaneiro chamado *Abdalá ibn Abd al-Mutalib* (545-570), pertencente ao Clã *Quraychita* dos *Banû Hâchim*. Sua mãe *Amina bint Wahab* (?-576), do Clã *Zuhra*, dos *Quraychita*. Os *Quraychita* eram o clã que governava a cidade de Meca, a qual na época do profeta contava com uma população entre 15 a 25 mil habitantes. Porém, Mohammed pertencia a uma linhagem pobre do clã.

A fonte geralmente aceita no tocante a vida do Profeta e o próprio Alcorão, compilação da pregação feita por Maomé ao povo de Meca e de Medina, como revelação direta da palavra de Deus. Recorrendo ao Alcorão e aos poucos testemunhos obtidos de outras fontes, torna-se possível reconstituir a biografia de Maomé que, muito embora não seja de modo algum tão pormenorizada quanto a da Tradição e dos primeiros autores europeus que a seguiram, e, não obstante, suficiente para revelar a importância fundamental de que se revestiu a sua carreira. (LEWIS, 1990: 45).

Não se conhece muitos acontecimentos a respeito da infância de Maomé, apenas o fato de que perdera muito cedo seus pais, sendo assim criado por seu avô paterno *Abd al-Mottalib*, tendo este morrido logo, deixando o profeta sob os cuidados de seus filhos, *Abu Talib* (Pai de seu primo e posteriormente sogro Ali). Já pela adolescência, Mohammed começou a trabalhar e a viajar, chegou a visitar a Síria e o Iêmen por volta de 583, possivelmente em sua viagem a Síria tenha conhecido judeus, cristãos e tenha visto alguma igreja e ouvido falar sobre o Cristianismo e Deus. Mantran (1977: 58) comenta que:

[...] no decurso de uma dessas viagens teria havido o encontro de Maomé com um monge, Bahira, eremita na região de Bosra, que teria reconhecido as características ocultas que indicavam o alto destino da criança; Bahira teria igualmente declarado a Abu Talib: “volta com teu sobrinho para teu país e protege-o dos judeus, pois, se chegarem a vê-lo e dele souberem o que eu sei, tentarão prejudicá-lo”.

Em seguida por volta de 590 Mohammed conheceu uma rica viúva chamada *Khadija*, para quem passou a trabalhar nos seus negócios e posteriormente com

quem se casou. *Khadidja* tinha aproximadamente 40 anos, e ele 25. Mesmo assim, os dois acabaram se casando por volta de 595, e tiveram sete filhos (três homens e quatro mulheres). Ela seria sua primeira discípula e seguidora, juntamente com *Ali Talib*.

Comumente atribui-se a Maomé a criação do Islã, porém de acordo com El Fasi e Hrbek (2011), o Islã não surgiu com Maomé e sim o fato de que este fazia parte de uma linhagem de profetas que era constituída por Abraão, Moisés e Jesus Cristo. Estes haviam sido enviados por Deus para edificar a fé em seu nome, ela estaria alicerçada em dois princípios: Universalidade e o Monoteísmo. Conforme o profeta difundia, sua missão era propagar as últimas revelações. Isso se fez necessário pois Judeus e Cristãos “desviaram-se” do caminho, não respeitando os princípios essenciais da fé. Apesar disso, o islamismo venera os profetas anteriores, uma vez que estes eram mensageiros de Deus, entretanto não são vistos como seres divinos, nem mesmo o Profeta. Embora não fosse divino Maomé pregava a obediência de seus seguidores às suas instruções, pois eram as palavras de Deus. A denominação ‘islã’ representa ‘submissão’ e traduz a obediência às regras e aos desejos de Alá. Os que seguem esta doutrina são conhecidos como muçulmanos (*Muslim*) – os que se submetem a Deus.

Antes de discorrer a respeito da revelação é necessário entender que a região da Península Arábica era essencialmente politeísta. Sua população estava dividida em inúmeras tribos nômades independentes unidas pela língua e a cultura, com exceção de algumas que encontraram na agricultura uma forma de subsistência exigindo assim uma mudança de hábitos, tornando-se assim sedentárias.

A religião dos árabes pré-islâmicos era em geral de essência tradicionalista e o seu culto endereçava-se a deuses ou espíritos que habitavam, acreditava-se, blocos de pedra, rochedos, árvores ou poços. (...) Havia igualmente a ideia de um ser supremo chamado Alá, porém este último não constituía o objeto de nenhum culto, contrariamente a al-Lāt, “a deusa”, que aparentemente desempenhava um papel mais importante. (EL FASI; HRBEK, 2011: 41).

Entre as cidades que mais se destacavam estava Meca, considerada principal centro econômico e religioso da região. Porém sua população não enxergava a religião como algo essencial e sim um mero componente dentre muitos outros contidos nos costumes antigos. Em algumas regiões o Cristianismo e o Judaísmo

eram adotados pela população árabe, no entanto Maomé foi em busca de catequizar as populações que seguiam as religiões tradicionais. Ele primeiramente foi comerciante, mas passou a pregar suas revelações a partir do ano 610.

Sem abandonar por completo a atividade profissional, Maomé cada vez mais se entregou a retiros piedosos e a meditações; cada vez mais foi se sentindo chamado para uma missão profética. Teve esta revelação durante um retiro no monte Hira, numa gruta, onde o anjo Gabriel lhe ordenou pregar (cf. Corão XCVI) e anunciou que ele era “o apóstolo de Alá” [...] Desde o início (cerca de 610), Maomé confiou sua visão a Kadidja, que logo afirmou sua confiança na missão do esposo; nos três anos em que Maomé deixou de ouvir a voz de Deus e em que desesperou a ponto de querer cometer suicídio [...]. Nesses três anos, a missão foi revelada apenas a alguns íntimos [...]. Mais tarde, por volta de 613, Maomé resolveu comunicar a revelação aos seus concidadãos, começando pelos qorayshitas. (MANTRAN, 1977: 59-60).

Todas as revelações estão descritas no Corão - organizado em 114 capítulos, denominados suras, divididas em livros, seções, partes e versículos; Cada sura pode por sua vez ser subdividida em versículos (ayat), eles estão dispostos aproximadamente de acordo com o seu tamanho e não de acordo com a ordem cronológica da revelação -, porém estudos revelaram que inicialmente suas pregações tratavam da bondade e poder divino, a fim de cativar novos fiéis na crença de um Deus único. Segundo Mantran (1977: 60), “[...] inexistente qualquer menção da unicidade de Deus, qualquer denúncia da idolatria. Depois, seguem-se alusões ao Juízo Final: o homem será julgado, e recompensado ou punido; por fim, o homem tem o dever de ser grato a Deus, de adorá-lo; o ingrato (*kafir*) é assemelhado ao descrente [...]”.

Para os muçulmanos o Corão tem importância divina, tudo isso devido ao fato de que ele é o “guia” para interação entre o homem e Deus. Os cinco princípios que norteiam a fé islâmica. Conforme El Fasi e Hrbek (2011) descreve são: **Monoteísmo absoluto** – pronunciando uma curta frase chamada *shahāda*, “*Não há outro Deus senão Alá e Maomé é o profeta de Alá.*”, um convertido tornar-se muçulmano – constitui o primeiro dos “cinco pilares do Islã”; a **Prece ritual** (*salāt*), que deve ser realizada cinco vezes ao dia em filas ordenadas e sempre voltado para a direção de Meca; o **Jejum** (*saum*), privação de todos os prazeres materiais – seja ele alimento, bebida, relação sexual ou outros – desde a aurora até o pôr do sol, durante o *Ramadã* (nono mês do ano lunar); **Esmola obrigatória** (*zakāt*), consistia em uma contribuição àqueles menos favorecidos, ficando a cargo da *umma* (Comunidade

Islâmica) coletar e distribuir entre as pessoas indicadas pelo Corão; e a **Peregrinação** anual à Meca (*hadjj*), ele reúne durante o mês do dhū l-hidjdja - Durante este mês peregrinos muçulmanos de todo o mundo se reúnem na Meca para visitar a Ka'ba - muçulmanos de todo o mundo, apesar do caráter obrigatório o ritual só é imposto àquele que possui condições financeiras e de saúde para realizar a viagem, apesar de não reunir uma grande parcela dos muçulmanos esta é considerada uma das maiores concentrações de seres humanos em todo o planeta.

Outro ponto importante é a escravidão, que embora reconhecida pelas escrituras, não pode ser um meio de maltratar o cativo, já que a este é dado a autorização de casar-se. Além disso, os escravos possuem total direito de comprarem sua liberdade e em caso de conversão ao Islã são libertos por seus “donos”. Quanto a mulher, o Profeta prega a igualdade perante o homem. “A mulher muçulmana teve desde sempre reconhecido o direito de *ester en justice* sem se referir ao seu marido, bem como de gerir os seus bens independentemente deste último.” (EL FASI; HRBEK, 2011: 49, grifo do autor). Ademais, de acordo com o Corão um homem pode desposar apenas de quatro mulheres, com a condição de que pudesse sustentá-las e satisfazê-las. Conforme descrito no Corão “Esposai, como queirais, duas, três ou quatro mulheres. Porém, caso temais não serdes equitativo, pegai somente uma mulher ou vossas cativas de guerra.” (IV, 3.).

Em suas pregações também condenava o proveito tirado da religião pelos homens, além de declarar igualdade entre todos sem distinção alguma. Isso não agradava aos comerciantes que notaram a ameaça revolucionária das palavras proferidas pelo profeta.

Apesar de não demonstrar vontade em figurar no cenário político Maomé era visto como uma ameaça, visto que já reunia um significativo número de seguidores. “Estes homens igualmente temiam ver a Meca, centro da religião tradicional árabe com o seu santuário da Ka'ba, perder a sua importância com a chegada da nova religião.” (EL FASI; HRBEK, 2011: 42). Dessa forma este foi alvo de perseguições, ocasionando assim sua partida de Meca em 622. A migração de Maomé de Meca para Medina (Yatrib), *Hijra*, erroneamente traduzido como “fuga”, seria correto afirmar que este termo significa “cortar laços tribais e criar novo elos”. Antes de partir para Medina tentou refugiar-se em Taifa, cidade situada em uma região montanhosa de solo fértil, porém não fora bem recebido, principalmente pelo fato de que os

qorayshitas, principais opositores do Profeta em Meca, possuírem certa influência sobre tribo de Thaif que dominava a cidade.

Em 620, Maomé encontrou-se com um grupo de seis homens da tribo dos khazradj, que ouviram sua prédica com entusiasmo. Esses seis homens converteram outros seis, e os doze prestaram juramento de obediência a Maomé. Foram entabuladas negociações com vistas à emigração dos muçulmanos para Yatrib, enquanto as conversões nas duas tribos árabes se multiplicavam a ponto de, em junho de 622, em Àqaba, perto de Meca, 73 homens e duas mulheres prestarem juramento de obediência ao Profeta e assumirem o compromisso de lutar por ele, oferecendo-lhe acolhida em Yatrib. Este pacto foi confirmado por representantes dos moradores. (MANTRAN, 1977: 63).

Contudo, com o passar do tempo, os seguidores de Maomé, os *muslimin* - submetidos, origem da palavra muçulmanos - estabeleceram sua superioridade militar. A partir daí Maomé transforma a cidade em um centro de “governo” da população Islâmica, além de defender a comunidade de seus inimigos e conquistar o controle de várias cabilas árabes, fortalecendo assim o Islã até sua morte.

2.2 SHARIA

Dentro da doutrina islâmica a Sharia exerce a função de um código de normas com a finalidade de guiar a vida do muçulmano, estabelecendo os direitos e deveres individuais e coletivos, além das normas estabelecidas por Deus para a humanidade. Apesar de professarem a mesma fé, cada um dos profetas que antecederam Maomé possuíam uma sharia diferente, sendo válida somente aquela apresentada pelo Profeta já que esta seria o código de leis final.

As conquistas alcançadas pelo império permitiram um desenvolvimento do estudo mais aprofundado do sistema jurídico.

A ciência que codifica e explica as prescrições da *sharī'a* chama-se *fikh* e os sábios versados em seu conhecimento são denominados *fakīh* (plural árabe: *fukahā*) ou “doutores da lei”; o *fikh* é a ciência muçulmana por excelência e os *fukahā* são considerados como sábios (*‘ulamā*, singular: *‘ālim*). (EL FASI; HRBEK, 2011: 50, grifo do autor).

Diante da expansão do islamismo para outros países com cultura e economia dispares o império enfrentou problemas para encontrar no Corão respostas para

questões mais complexas, haja visto que a dimensão dos domínios muçulmanos não se resumia apenas a Medina e Meca.

El Fasi e Hrbek (2011) destaca que duas fontes duas fontes suplementares foram anexadas à lei Islâmica. A primeira foi o uso da analogia (*kiyā*), que consiste em buscar uma resposta para um caso específico outrora já analisado tendo como base o Corão ou um *hadīth* específico. Já segunda advém na solução de uma questão através do acordo de vários eminentes doutores da lei (*idjmā'*).

As dificuldades encontradas na equalização dos problemas enfrentados pelo Império Islâmico propiciaram a criação quatro escolas jurídicas. Estas quatro escolas são o malikismo, o shafismo, o hanafismo e o hanbalismo. Contudo não as diferenças encontradas nas teorias se limitam a pormenores na interpretação da lei e dos rituais.

Sobre as escolas jurídicas, El Fasi e Hrbek (2011: 51) comentam que:

Após diversas codificações das suas respectivas zonas de influência, segundo o curso da história, cada uma destas escolas encontra atualmente os seus adeptos em zonas geográficas bem determinadas: o hanafismo predomina nas regiões que estiveram sob domínio das dinastias turcas, ou seja, na Turquia, na Síria, no Iraque, na Ásia Central, na Índia Setentrional, bem como no Paquistão; o madhhab shafita é praticado principalmente no litoral do Oceano Índico, desde o Sul da Arábia e da África do Leste até a Indonésia; o malikismo rapidamente implantou-se na África do Norte, na Espanha muçulmana e no Sudão Central e Ocidental. A última escola, o hanbalismo, outrora com numerosos adeptos na Síria e no Iraque, está atualmente praticamente confinado a Arábia Saudita.

Pelo fato de ser um código jurídico, social e ético que tem como base a religião, a sharia liga diretamente o homem, Deus e a sociedade. É importante destacar que este sistema legal não estava atrelado ao Estado, ou seja, este não exercia a função de legislador. As leis eram formuladas por juristas particulares, as leis eram aplicadas através do consenso daqueles considerados qualificados para opinar.

2.3 A SUCESSÃO DO PROFETA, DE ABU BAKR À ALI TALIB, E A DIVISÃO DOS MUÇULMANOS

A morte de Maomé trouxe a incerteza quanto à sua sucessão, como não deixou indicação de quem o substituiria na liderança do povo muçulmano, criou-se

uma “disputa” entre dois grupos: o primeiro, minoritário, preferia *Ali ibn Abi Talib* por ser seu primo, e principalmente genro, mantendo a linhagem profética à própria família de Maomé; A outra propagava a ideia de que qualquer fiel poderia ser o escolhido, desde que eleito em consenso pela comunidade. De acordo com El Fasi e Hrbek (2011: 53), o Profeta indicara em múltiplas ocasiões, ao longo da sua existência, que o sistema adequado de governo para a comunidade era a *shurā* ou consultoria, ou seja, o que atualmente denominamos democracia.

Dessa forma, Abu Bakr, um dos primeiros conversos e amigo de Maomé, foi eleito escolhido pelo consenso da comunidade. “Abu Bakr recebeu o título de Khalifa ou «Delegado» (do Profeta) que veio a dar «Califa» na escrita europeia, e a sua eleição marca a inauguração da grande instituição histórica do Califado. “ (LEWIS, 1990: 59). Apesar de curto, de 632 a 634, seu califado é importante para reafirmar a ordem, uma vez que várias tribos se sentiram livres dos compromissos políticos e morais com o Islã após a morte do Profeta.

Iniciou-se neste período uma repressão maior a resistência nos domínios muçulmanos, onde se instalavam novos cultos que visavam o combate ao islamismo. Conforme Mantran (1977: 78) relata:

A tarefa, ao mesmo tempo guerra de conquista e missão religiosa, foi confiada ao mais brilhante dos chefes militares dos primórdios do Islã, Khalid ibn al-Walid. A primeira vitória de Khalid foi sobre as tribos dos asad e dos ghatafan e de seu profeta Tulayha; depois, derrotou os banu tamim, em cujo seio a profetisa Sadjdja pregava um vago monoteísmo cristão e a luta contra os muçulmanos; em seguida, triunfou sobre os banu hanifa, agrupados em tomo de Musaylima, que pregava o ascetismo e a castidade, proclamando-se profeta do deus al- Rahman. Após essas vitórias, Khalid subjugou as populações rebeldes do Barém e do litoral do Golfo Pérsico, enquanto um outro chefe muçulmano, Ikrima, reconduzia as tribos beduínas de Omã ao seio do Islã [...]. (MANTRAN, 1977, p. 78).

Com a morte de Abu Bakr¹ coube a Umar ibn al-Khatib assumir o califado, nos dez anos que se estenderam o seu poder conquistou territórios, subjugou inimigos, e organizou a administração do seu califado, dando aos seus sucessores um Estado mais vasto do que o Império Bizantino e Persa naquele período, além de tão quanto estes. Demant (2013) afirma que, Umar estendeu os limites do império para outras regiões, tais como: Egito, Síria, Palestina, Mesopotâmia e partes do

¹ Umar ibn al-Khattab (586-644). Califado entre 634-644.

Cáucaso; Apesar de conquistadas a sua população não fora obrigada a converter-se ao Islã.

Enquanto governou Umar conseguiu estabelecer uma unidade forte entre os fiéis, a minoria que se opunha a sua figura ainda reivindicava a posição de Califa para Ali Talib. Após sua morte o sucessor foi escolhido através da indicação de um conselho (*Shura*), formado por seis notáveis indicados por Umar no leito de morte. “A escolha do grupo recaiu em Uthman, membro do grande clã de Umayya, de Meca, o único representante da aristocracia dessa cidade a fazer parte do círculo interno dos primeiros conversos. (LEWIS, 1996: 58). Porém a escolha de Uthman ibn Affan², casado com duas filhas de Mohammed (garantindo a proximidade da família de Maomé), desencadeou tumultos entre os muçulmanos. Pelo fato de pertencer a aristocracia dos qorayshitas de Meca, seu califado foi marcado por um enfraquecimento na força do Islã sobre seus convertidos. Além disso, a maneira como a aristocracia de Meca se beneficiava da religião para o enriquecimento provocou revolta entre os diversos muçulmanos pertencentes a grupos menos favorecidos, muitos convertidos no início das pregações do Profeta. Esses e muitos outros problemas levaram, em 656, ao assassinato deste por um grupo de insurgentes do exército árabe no Egito, que haviam chegado a Medina para lhe apresentar pessoalmente suas queixas.

Com a morte de Uthman, um acirrado conflito pelo poder toma conta do Império e finalmente Ali é escolhido como Califa com a missão de unir os muçulmanos, função essa que não foi bem desempenhada por este. Ele pouco agiu para punir os responsáveis pelo homicídio de seu antecessor, causando revolta nos apoiadores do antigo califa, principalmente Muawiya (Governador da Síria) que estava disposto a destituir Ali e assumir o lugar que fora de Uthman. Segundo Lewis (1990), em 656 Ali abandona Medina em direção a *Kufa*, esta atitude constitui o fim desta como capital do império e a primeira guerra civil que um Califa declarava contra muçulmanos; a ausência de resistência por parte da população e dos governantes de *Kufa* lhes permitiu o estabelecimento de uma base, para rumarem em direção a *Basra* onde seriam vitoriosos na campanha diante das forças locais - este embate ficou conhecido como **Batalha do Camelo**; após o insucesso em controlar a cidade Ali volta para *Kufa*, transformando-a em nova capital do império,

² Uthman ibn Affan (570-656). Califado entre 644-656.

mesmo tendo sob sua tutela um vasto e forte domínio foi sendo minado por dissidências dentro de seu grupo de apoio, enfraquecendo dessa forma seu poder.

O fato de Ali enviar um novo governador para a Síria desencadeou um conflito em 657, denominado Batalha de Siffin³. Vale ressaltar que no momento em que as tropas do Califa estavam próximas da vitória, o exército inimigo a mando de *Amr ibn al-As* coloca páginas do Corão na ponta de suas espadas – recorrendo ao julgamento do conflito por árbitros neutros -, forçando o recuo das tropas de Ali.

Sobre a este acontecimento Lewis (1990: 72), afirma que:

Através deste artifício, Muawiya já tinha obtido uma vitória moral ao remeter Ali da posição de Califa reinante para a de pretendente ao Califado. A arbitragem não tardou a acarretar novas dificuldades para Ali. Um grupo considerável dos seus adeptos, descontente com esta actuação, rebelou-se e teve de ser reprimido energicamente num confronto sangrento. Ficaram conhecidos como os Kharijitas (Khawarij), «os que partem» e viriam a reaparecer muitas vezes ao longo da história do Islão.

Este acontecimento demonstra a fragilidade de Ali perante as questões mais complexas.

Ao aceitar o princípio da arbitragem, Ali colocou-se em posição de inferioridade e renunciou a suas prerrogativas de califa; além disso, alguns entre seus partidários recusaram-se a reconhecer qualquer decisão emanada de uma arbitragem humana, sustentando que só a palavra de Deus, ou seja, o Corão, poderia dar a solução; revoltaram-se contra Ali, que teve de combatê-los; por fim, os revoltosos se retiraram e abandonaram o califa: foram chamados de kharidjitas (“os que saíram”), dando início ao primeiro cisma no seio do Islã; no futuro, muitas vezes e em muitos lugares, desempenhariam papel político importante. (Salem 1956 apud Mantran, 1977: 93-94).

Apesar dos relatos contraditórios sobre o resultado, desfavoráveis a Ali, muito em função de contar com um árbitro menos versado enquanto seu inimigo contava com Amr leal a sua causa, os conflitos internos com os kharidjitas – massacrados pelo restante das tropas leais a Ali – enfraqueceram sua posição e o desmoralizaram frente a seus simpatizantes. De certo sabe-se que Ali foi assassinado por um Kharidjita, chamado Ibn Muljam. Seu sucessor imediato Hasan, seu filho, que abdica e transfere o poder a Muawiya, demonstrando a força que já exercia perante o império.

³ Antiga cidade Romana que fica na região nordeste da Síria, às margens do rio Eufrates, no que é agora Ar-Raqqah.

Os Kharidjitas, que se rebelaram contra o califa Ali e tiveram uma esmagadora derrota, pregavam “(...) que todo homem, mesmo um escravo negro, poderia ser eleito a frente da comunidade muçulmana caso possuísse as qualidades requeridas referentes a piedade, a integridade e ao saber religioso.” (EL FASI; HRBEK, 2011: 54).

Estas ideias insurreccionárias conquistaram a simpatia daqueles contrários ao governo, especialmente Aisha - uma das esposas de Mohammed, que não gostava de Ali. Embora possuíssem um viés democrático os Kharidjitas não inspiravam confiança por conta da doutrina intolerante aos costumes dos outros grupos muçulmanos.

Após a morte de Ali, seus partidários declararam Muawiya usurpador e formaram um “partido” denominado xia (*shi’a*), comumente chamados de xiitas. De acordo com Demant (2013) eles lutavam pela sucessão hereditária original, ou seja, que fosse respeitado os laços com o Profeta. De certo, sabe-se que este grupo lutou contra a dinastia que estava no poder, os Omíadas, em uma guerra civil levando a minoria xiita a uma rápida derrota - consolidado o poder dos Omíadas, que se tornaram os seguidores da tradição (*sunna*) denominados sunnitas

Os Xiitas embora derrotados não foram erradicados e seguiram com a ideologia da restauração do poder para os descendentes de Ali, propagavam assim a ideia de que seu líder real era o imame (denominação usada em substituição a Califa), que guiaria os islâmicos através da graça divina. Os imames eram dotados de habilidades sobrenaturais que eram herdadas de Adão e repassadas através de Maomé, justificando assim o princípio da hereditariedade.

Os xiitas acreditam que mesmo quando o último imame “desaparecesse” deste mundo, ele não deixaria contudo de continuar, agora como “imame escondido”, a desempenhar o seu papel de guia. Ele reapareceria um dia para restabelecer a paz e a justiça no mundo, sob a forma de Mahdī (aquele guiado por Deus). (EL FASI; HRBEK, 2011: 55).

O partido se fragmentou em diversos grupos, que discordavam quanto a identidade do “imame escondido”, entre eles destacam-se dois: os duodecimanos, que reconheciam o décimo segundo descendente de Ali o “imame escondido”; e os ismaelinos que reconheciam o sétimo imame, *Ismā’īl*. Os ismaelinos se notabilizaram

pelo estudo do Corão e o desenvolvimento de novas doutrinas incorporadas as pregadas pelo Profeta.

2.4 JIHAD

O movimento de evangelização do Islamismo tem na *jihad* uma sustentação doutrinária para subjugar os povos considerados infiéis, especificamente aqueles pertencentes às religiões politeístas ou os idólatras. Isto posto, vale ressaltar que, as religiões em acordo com a doutrina das revelações e proféticas (judaísmo e cristianismo) não seriam obrigados a se converterem.

Essa palavra vem da raiz árabe *j-h-d*, significando basicamente empenho ou esforço. Com frequência, é usada em textos clássicos com um sentido bastante próximo de batalha e, portanto, também de luta. É usualmente citada no versículo do Alcorão “esforçando-se no caminho de Deus” (p.ex, IX, 24; LX, 1 etc), e tem recebido várias interpretações no sentido de esforço moral e luta armada. (LEWIS, 2004: 45)

Cabia aos seguidores da fé combater os infiéis até mesmo através da batalha, caso escolhesse a batalha ao invés da conversão pacífica, estariam sujeitos ao final desta, em caso de derrota, à escravidão.

Em certo momento tentou-se transformar a *jihad* em um princípio primordial do Islã. Segundo El Fasi e Hrbek (2011), algumas escolas jurídicas consideravam a *jihad* uma obrigação caso o infiel provocasse o conflito e houvesse chances reais de sucesso, assim como em certos casos um dever individual, inclusive crianças e escravos. Além do mais, o termo foi usado para justificar a expansão do Império Muçulmano, já que os povos conquistados aderiam as “religiões reveladas”, judaísmo e cristianismo. Apesar de não serem obrigados a se converterem estavam sujeitos a obrigação de pagamento de impostos a fim de serem protegidos.

Teoricamente, a meta era a propaganda religiosa, a conversão dos infiéis. Se estes, depois de vencidos, recusavam converter-se, deviam pagar o tributo dos protegidos (*dhimmi*): o estatuto dos *dhimmi* e a organização das terras conquistadas tiveram sua primeira aplicação com as grandes conquistas de Omar. (MANTRAN, 1977: 73).

Porém este pagamento de imposto não caracteriza a criação de uma fronteira, desfrutando de valores e principalmente da língua essa sociedade é

chamada de *dar al-islam* (mundo islâmico), em contraposição o território fora dos domínios muçulmanos era chamado de *dar al-harb* (país de guerra ou país fora dos domínios do islã). Em tese este último deixaria de existir para ser agregado ao mundo islâmico

Encontrando, portanto, no Corão pressupostos para a propagação da mensagem deixada por Maomé, os islâmicos partiram para a conquista de praticamente toda a região do mediterrâneo até as bordas do Pacífico, tendo como objetivo essencial a garantia da supremacia da *sharia*.

Com o passar do tempo e a desfragmentação do império ficou evidente que era cada vez mais necessário o uso da diplomacia nas relações com Estados não-muçulmanos. Dessa forma, um chefe de Estado muçulmano poderia manter relações comerciais com outras nações.

As relações políticas e comerciais com os Estados europeus, asiáticos e africanos estiveram, desde então, regidas pelo reconhecimento do pertencimento de alguns destes Estados a uma categoria intermediária, o *Dār al-sulh* (a esfera das trevas). Foi esta noção que serviu como principal base jurídica para os contatos e para as comunicações pacíficas com os Estados não-muçulmanos. (EL FASI; HRBEK, 2011: 58, grifo do autor).

A solidificação do domínio político foi essencial para transformar a religião islâmica em majoritária. Dessa maneira, podemos entender que as conquistas islâmicas foram “defensivas”, quanto a liberdade de propagação dada ao islã e “ofensivas”, no que tange a sobreposição dos interesses do Estado Islâmico perante o restante do mundo.

2.5 A EXPANSÃO DO ISLAMISMO PELOS OMÍADAS

A partir da morte do Profeta, foram iniciados pelos quatro primeiros califas a expansão do império para fora da península arábica. A unidade dos povos através da fé propiciou diversas vitórias frente a duas potências, o Império Persa (Sassânidas) e o Império Bizantino. Além desta unidade, os muçulmanos contavam com o enfraquecimento dos impérios inimigos, haja visto que estes enfrentavam conflitos internos e o longo conflito entre os dois.

Foram necessários somente dois anos de campanha contra os bizantinos na Síria para forçar o imperador e as suas tropas, em 15/636, a evacuarem definitivamente estas províncias. [...] A batalha de Kādisiyya e a ocupação

da capital, Ctésiphon, em 16/637, abriram aos árabes todas as férteis planícies do Iraque, a Oeste do rio Tigre. [...]. Os muçulmanos ocuparam então outras partes do Irã e rumaram para o Leste, com tamanha força e tão eficazmente que, em 29/650, elas haviam atingido os confins da Índia, o Norte do Iraque, a Armênia e o Amu -Darja (Oxus). Uma vez conquistada a Síria, os exércitos árabes se voltaram para o Egito que oferecia um território ainda mais fácil de conquistar. [...] O Egito serviu em seguida como base inicial para uma nova investida árabe rumo à África do Norte. (EL FASI; HRBEK, 2011: 59).

Na região do Iraque, majoritariamente cristã, os muçulmanos aproveitaram-se do conflito destes com a elite governante zoroástrica para assumirem o controle, nas demais regiões as tribos locais não impuseram resistência e em alguns casos recebiam com festa os islâmicos, em virtude da pouca mudança em caso de troca de dominador.

A expansão foi travada somente com o conflito entre o Califa Ali e o governador sírio, Muawiya, a morte do Califa leva a ascensão da dinastia umayyade. Muawiya tinha por objetivo maior a centralização do poder, prova disto foi a mudança da denominação de Califa para Malik⁴ (Rei). Segundo Mantran (1977: 99) “Moawiya pudera apreciar a excelência da administração bizantina e granjear a simpatia dos sírios: portanto, não causou surpresa a escolha, nessa altura, de Damasco como sua capital política”. Mesmo com a desaprovação de parte da comunidade mais conservadora, que acreditava apenas em Meca e Medina como dignas de tal posição.

Apesar da necessidade de consolidação do poder, Muawiya retoma os domínios islâmicos no Oeste, principalmente o Egito, já a Leste chegou as proximidades da região do Cáucaso. As campanhas se concentraram em três direções: África do Norte e Espanha, Ásia Central, Constantinopla e Ásia Menor.

Uma segunda onda de conquistas foi lançada em todos os fronts sob os califas ‘Abd al -Malik (65/685 -86/705) e al -Walīd I (86/705 -96/715); no Oeste, o Magreb inteiro foi dominado e a Espanha invadida; no Nordeste, a Ásia Central (Transoxiana) foi conquistada e simultaneamente os exércitos chegavam até o Indus, logrando acrescentar ao califado a província do Sind. As campanhas da Transcaucásia terminaram com a anexação da Geórgia e da Armênia para a órbita do Império Árabe. (EL FASI e HRBEK, 2011: 60).

⁴ Na dinastia Omíada apenas Omar II preservou o título de Califa.

O movimento expansionista no norte da África teve o Egito como principal base de consolidação, para a repressão dos ataques berberes. *Oqba ibn Nafi* comandou em 670 uma expedição para fundar uma base militar, Qayrawan, que posteriormente transformou-se em cidade. Este retornou a região em 681 para infligir novas conquistas e levar o Império muçulmano até o Atlântico, além de consolidar os domínios no Mediterrâneo. No entanto morre em 683 e juntamente com este fato, grande parte dos territórios conquistados são desocupados. As campanhas seguintes visam a retomada dos antigos domínios, realizando assim a ligação entre o Oceano Atlântico e o Índico.

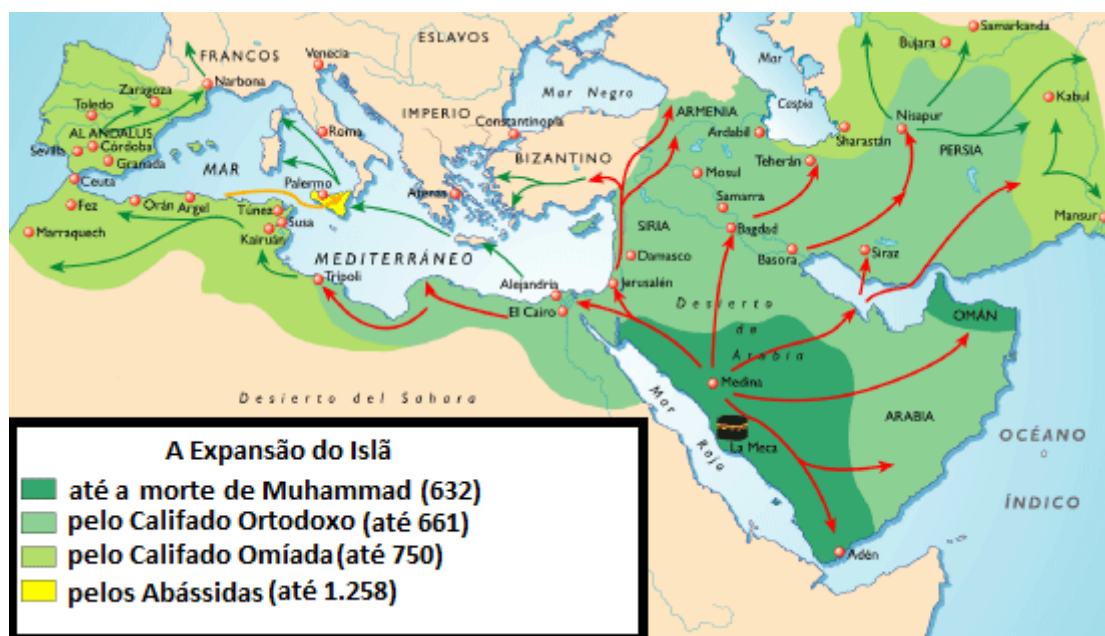


Figura 1 - Expansão do Islamismo no norte da África.

Fonte: <http://socialesiesmaella.files.wordpress.com/2011/07/expansion-del-islam.png?w=423&h=239>

Muito se abordou sobre a resistência de parte do povo do Magreb, inclusive a hostilidade destes para com os reis da dinastia Omíada. Esta resistência se sustentou principalmente no fato de inúmeros berberes seguirem a doutrina kharidjita, que se opunha ao governante do império. Além disso, o Magreb possui um contraste religioso muito forte, enquanto a maioria seguia a religião tradicional africana, as populações sob o domínio romano e bizantino foram convertidas ao cristianismo. Enquanto isso algumas regiões no interior converteram-se ao judaísmo. Mesmo os povos que partilhavam da mesma fé divergiam em questões doutrinárias,

isso levou a diversos conflitos e revoltas contra o controle do Estado. Isso tornou a islamização do Magreb mais complicada e muito lenta. Para reverter esta situação foi necessário tomar medidas que agilizassem a expansão em direção ao Atlântico.

El Fasi e Hrbek (2011: 78) enfatiza:

Tendo compreendido que eles não lograriam as sujeitar os berberes pela força, os árabes mudaram de tática: o famoso governador Mūsā ibn Nusayr dedicou-se a libertar alguns jovens prisioneiros de origem nobre, mediante a condição da sua conversão ao islã, para lhes confiar postos de responsabilidade no exército. Esta política não tardou a trazer frutos e numerosos guerreiros berberes entraram nos exércitos árabes, seguindo os seus chefes

A conversão dos berberes foi essencial para a conquista da Espanha em 711 por Tariq ibn Ziyad, um guerreiro berbere. Este rumou para destituir o rei de Toledo, Roderico, em favor de Áquila, rei visigodo. A campanha vitoriosa conquistou em pouco tempo praticamente toda a região espanhola, apoiada pela população local, judeus, que eram perseguidos pelos regentes visigodos. Esta etapa da expansão só foi detida pelos khazares ao Norte do Cáucaso e pelos francos nos Pirineus.

Não obstante diversas regiões do Magreb ainda não haviam sido conquistadas, principalmente no interior das montanhas magrebina. De acordo com El Fasi e Hrbek (2011: 78) “[...] podemos dizer que no curso dos três ou quatro decênios do século VIII da era cristã, o islã progredira consideravelmente junto às populações urbanas, rurais e inclusive nômades, das planícies e das regiões costeiras.”



Figura 2 - Mapa Físico da Região Mediterrânea.

Fonte: <https://www.europa-turismo.net%2Fmapas%2Fmediterraneo.htm&psig=AFQjCNETd6ag57EGj96Du9PcYq1gRstraw&ust=1464464670599893>

Apesar da massiva adesão ao Islã os berberes em geral se opunham à ideia de se submeterem a um Estado, que os dominava com suas burocracias e altos impostos. Além dos privilégios que dispunham os árabes quanto a questão da divisão dos espólios de guerra. Dessa forma os berberes enxergaram na doutrina kharidjita os fundamentos que se aproximavam de seus desejos, os conceitos democráticos da doutrina levaram ao movimento de resistência a ortodoxia absolutista do califado.

O princípio da igualdade de todos os crédulos correspondia, a um só tempo, às estruturas sociais e aos ideais dos berberes, mas, igualmente, às aspirações daqueles entre eles que aceitavam mal os pesados impostos e os maus tratos impostos pela burocracia árabe. Eles também eram seduzidos por este aspecto do ensinamento kharidjita, segundo o qual, como todos os muçulmanos eram iguais, o luxo e a ostentação seriam repreensíveis; os verdadeiros crédulos devem viver sobriamente e modestamente, praticando a caridade e respeitando as estritas regras da honestidade em sua vida privada e profissional. [...]. Em nenhum lugar no mundo islâmico o Kharidjismo encontrou terreno tão favorável quanto junto aos berberes [...]. (EL FASI; HRBEK, 2011: 79-80).

A rápida expansão ocasionou problemas de ordem administrativa, uma vez que os árabes muçulmanos não dominavam as técnicas de gerência de um Estado de grandes dimensões. A política de perpetuação do islã no mundo, consistia em conquistar os povos não-muçulmanos e os submeter ao pagamento de impostos,

enquanto os muçulmanos eram isentos da contribuição. Apesar disso o império não via com bons olhos a conversão massiva de pessoas ao Islã, por conta disso obrigava os conquistados a tornarem-se protegidos de uma tribo muçulmana, contribuindo assim com impostos para o Estado.

El Fasi e Hrbek (2011: 61) comentam:

Os árabes, cuja simplicidade do mundo nômade em nada os havia preparado para enfrentar tais desafios, eram incapazes de enfrentar os enormes problemas de ordem administrativa resultantes do prosseguimento da expansão. Portanto, eles voluntariamente adotaram os sistemas administrativos bizantino e sassânida, já em funcionamento nas províncias e deixaram aos autóctones convertidos o cuidado de assegurar o seu funcionamento.

Essa falta de gestão ocasiona a queda dos *umayyades* (Omíadas) e a ascensão dos abássidas, estes amplamente apoiados pela maioria que estava descontente com a forma como os não-muçulmanos eram privilegiados com altos cargos administrativos. A partir deste momento o Islã “quebra as correntes” árabes para tornar-se verdadeiramente um Império, mantendo as características fundamentais como a língua – utilizada em todo o domínio muçulmano. A mudança de capital, de Damasco para Bagdá, além de centralizar o poder geograficamente inaugura uma nova era fundamentada na propagação do Islã no mundo, exclusivamente a corrente sunita.

2.6 O CALIFADO ABÁSSIDA E O ISLÃ TRANSNACIONAL

A ascensão do Califado Abássida traz ao islã uma série de mudanças, a começar pela capital que passa de Damasco para Bagdá. Além disso, o Islã passa a ser multinacional mesmo que comandada por califas árabes, uma vez que a estrutura do império sofre grande influência dos persas. Essas mudanças também são sentidas na vida cotidiana que passa por uma urbanização, contribuindo para um desenvolvimento considerável do comércio e um progresso intelectual nunca antes visto.

Os abássidas chegaram ao poder e tentaram justificar seu domínio através da religiosidade, instituindo assim os califas como soberanos autocratas. Os primeiros califas governaram com uma política que privilegiava a religião sem esquecer é claro

dos meios coercitivos, esta nova organização se fazia necessária para reatar a unidade entre os muçulmanos, já que essa fora quebrada pelos conflitos raciais entre os povos árabes.

A mudança da capital para Bagdá proporcionou uma série de transformações na política e na economia, já que possibilitou uma maior ação contra os levantes no Iraque e colocou a sede do império no centro das principais rotas comerciais, além de uma maior aproximação da rica cultura persa e de influências culturais do extremo Oriente. O califado abássida teve que conter inicialmente diversas revoltas que colocavam em risco sua soberania.

Abu'l-Abbas que, segundo a tradição, chamou-se a si mesmo «O Sanguinário», [...], passou os quatro anos de seu califado ocupado em destruir a oposição não só dos omíadas e de outros adversários de sua ascensão ao poder, mas também daqueles que o haviam auxiliado. (GIORDANI, 1985: 86-87).

Para estabelecer as bases de sua dinastia, Abu'l-Abbas distribuiu várias províncias a membros de sua família o que descontentou principalmente aqueles que o apoiaram na tomada de poder, levando a tentativas de golpes. A consolidação da dinastia só foi alcançada por al-Mansur (754-750), considerado o verdadeiro fundador da dinastia, que ficou marcado pela forma contundente e inescrupulosa de legitimar seu poder, aprisionando seus tios e executando Abu Muslin – responsável pela ascensão dos abássidas ao poder.

Para o estabelecimento da dinastia a ajuda de uma família de origem iraniana foi imprescindível nos primeiros anos de dominação, os Barmécidas. Khalid al-Barmaki foi vizir de al-Mansur e seus descendentes seguiram no cargo de vizires até a queda do califa Harun al-Raschid em 809. Como os califas anteriores al-Mansur enfrentou a antiga resistência dos partidários de Ali (Alídas), que mesmo sob um pacto de paz opuseram-se ao califa, tendo Basra e Medina como principais focos da insurreição contida impiedosamente, e dos kharidjitas. Sobre estes últimos Giordani (1985: 87) fala:

Os berberes kharadjitas rebelaram-se na África do Norte, instalaram-se em Trípoli (757), apoderaram-se de Kairuan (758) e constituíram um estado que englobava a Tripolitânia, a Tunísia e a Argélia Oriental. Os revoltosos foram vencidos (760) pelo governador do Egito. Por volta de 770-771 uma nova ofensiva kharadjitas foi desbaratada.

A figura do califa Harun-al-Rachid (786-809), o famoso herói do livro *Mil e uma noites*, e também de seu filho al-Mamun tornou a sociedade mulçumana ainda mais respeitada e conhecida pelo mundo, diversos embaixadores foram enviados a sua corte a fim de saudá-lo. Entre estes estavam os embaixadores enviados por Carlos Magno, que solicitava proteção para os peregrinos que visitavam Jerusalém, além de demonstrar seu respeito pelo soberano.

Harun concedeu proteção solicitada e despediu os embaixadores com magníficos presentes, entre os quais destacavam um elefante magnificamente ajaezado, animal completamente desconhecido na Europa, joias, pérolas, marfim, incenso, tecidos de sêda, e por fim um relógio que marcava data e horas.” (LE BON, 1965: 195).

Isso deixa claro a enorme vantagem que o Oriente mulçumano levava sobre a Europa ocidental, graças a esta riqueza tornou-se possível o interesse e a prática de novos campos da ciência. Para isso vários homens experimentados nas ciências foram atraídos para promover o progresso científico da civilização mulçumana. Áreas como: Medicina, Matemática, Arquitetura, Navegação, Geografia e Astronomia foram desenvolvidas para suprir as necessidades que a sociedade ansiaria.

O califado de Harun foi marcado também por uma nova organização político-administrativa onde cada província era comandada por um governador submetido a autoridade central, em algumas mais distantes como no Norte da África os governadores tinham um papel mais preponderante e mais independentes dos califas. Além disso, o Estado tornou-se mais eficiente na administração dos recursos econômicos. Segundo Le Bon (1965: 195) os recursos do Império compunham-se principalmente de um imposto pessoal, ou capitação, da contribuição territorial sobre os bens de raiz, dos direitos alfandegários, além da exploração das minas e de tudo que se produzia no território do califado, arrecadando somas enormes.

A arrecadação ficava a cargo de um órgão denominado “diwan”, responsável por fiscalizar a cobrança de impostos, a conservação dos direitos do soberano, cuidar das despesas e gerir economicamente as tropas. Para o exercício dessas atividades apenas os calculadores mais hábeis foram designados a essa função, desta forma, eram chamados de “secretários do divã”.

O império conheceu com al-Rachid, um nível de organização estatal nunca visto antes no Oriente Médio. A administração foi dividida em quatro setores, também chamados de *diwans*: administração da guerra; administração das contribuições; administração de pessoal (designar cobradores dos impostos); e administração das contas (gestão da renda). Todo este sistema tinha como supervisor o vizir, que possuía poder semelhante ao de um primeiro-ministro, gozando da inteira confiança do califa.

Tomaram também grande impulso a agricultura e a indústria, com os vinhos de Ispahan e Xiraz adquirindo grande notoriedade e sendo exportados para longes terras; instalando-se fábricas de tecidos finos em Mossul, Alepo e Damasco, e explorando-se com método as minas de chumbo, enxofre, sal, ferro, etc. (LE BON, 1965: 197).

Os frutos da boa administração surgem através das diversas obras urbanísticas na capital do império, principalmente na construção de mesquitas, hospitais e escolas. Os avanços da agricultura e da indústria alavancaram ainda mais a economia mulçumana.

O retrato da força do império estava em seu exército que impunha respeito às nações estrangeiras, punido cruelmente àqueles que ousassem lhes desafiar. Nicéforo, imperador de Constantinopla se recusou a pagar os tributos devidos ao estado, como resposta al-Rachid impôs destruição às regiões sob domínio de Constantinopla, desta forma forçando-o a pagar os tributos a fim de não perder suas posses territoriais.

Graças a essa tropa os Abássidas legitimaram sua tomada de poder diante dos Omíadas. Porém, a dificuldade em controlar os vários grupos presentes no exército, enfraqueceu assim o poderio militar disponível. Os conflitos internos levaram o califa a entrar em combate para lutar pela sobrevivência de seu califado, enfrentou resistência dentro de seu próprio grupo de apoio, embora decisiva essa tentativa resultou em sua morte desencadeando assim uma guerra de sucessão entre seus descendentes.

Harun al-Rachid dividiu seu reino entre seus filhos al-Amin (o mais velho), al-Mamun e al-Qasim. O primeiro recebeu o Iraque e as províncias ocidentais. O segundo ficou com as províncias orientais. Ao terceiro coube a Mesopotâmia. Este último perdeu logo suas possessões para al-Amin. Este

e al-Mamun disputaram o comando único do império em uma luta que culminou com o assassinio de al-Amin quando, sentindo-se derrotado, pretendia retirar-se de Bagdá. (GIORDANI, 1985: 87).

A esta altura os Barmécidas já haviam sido destituídos de seus cargos, já que demonstravam ter muito mais poder e influência que o próprio califa. Como forma de demonstrar sua ira sobre a família, exibiu a cabeça de Yafar (filho do vizir Yahia) sob a ponte do rio Tigres, além de prender o restante da família e confiscar seus bens.

Al-Mamun (813-833), refugiou-se em Merv, importante cidade-oásis da Ásia Central, causando a revolta da população de Bagdá. Por conta disso o califa decide encerrar os conflitos com os áldas, nomeando Ali al-Rida (imã dos xiitas) como seu sucessor ao califado, em 817. De acordo com Mantran (1977: 125), “[...] este ato político não marcava uma adesão ao xiismo, mas uma tentativa bem-sucedida de reconciliação, devido à notável figura de Ali al-Rida.”

Esta nomeação não agradou a população da capital, levando o califa a nomear Ibrahim ibn al-Mahdi como seu sucessor. No entanto, esta política conciliatória logo chegou ao fim com a morte de Ali al-Rida e do vizir de al-Mamun. “Tahir, general de al-Mamun, que se notabilizara em defesa de seu senhor, foi nomeado governador de Khorassan e soube administrar com tanta habilidade que acabou por considerar-se independente [...]” (Giordani, 1985: 91).

Seu poder foi tão bem consolidado que possibilitou sua independência do califado de al-Mamun, além do fato de romper com este submetendo seus súditos a realizarem a Khotba (oração feita em homenagem ao califa) em seu nome. Sua liderança sólida não permitiu que Bagdá fosse retomada após a sua morte em 822, e nem que a sucessão por seu filho ao poder dando início a dinastia tahírida, sofresse qualquer resistência.

A dissolução do califado trouxe uma series de problemas e de benefícios, haja vista que Bagdá situava-se na encruzilhada de diversas rotas de comércio e a divisão facilitou a propagação da cultura e o aquecimento comercial, por outro lado o modelo burocrático em operação gerou diversas crises financeiras, muito também pelos saques que suas minas sofriam. A solução para este problema foi a nomeação de governadores locais como cobradores de impostos, estes logo após tornaram-se os verdadeiros governantes do império principalmente com o apoio de suas tropas para impor a ordem e a obediência. O poder exercido pelos califas nesse momento

já não se comparara ao recente sucesso da dinastia abássida que se viu cada vez menos comandante do império. “Desde a época de al-Mutasim (833-42) e al-Wathiq (842-847), os califas tornaram-se títeres de seus próprios generais, que muitas vezes podiam nomeá-los e depô-los a seu bel-prazer.” (Lewis, 1996: 67).

Al-Mutasim sucedeu seu irmão e teve sua administração marcada pela decadência da dinastia, causadas por duas principais transformações na estrutura do reinado. A primeira foi o recrutamento de mercenários estrangeiros, sobretudo turcos, para a guarda pessoal do califa, o primeiro passo para a tomada de poder turca. A segunda foi a mudança da capital para Samarra, situada 95 km ao norte de Bagdá, por conta da alta rejeição de seu povo e a falta de segurança. Reservou-se protegido por sua guarda, inicialmente leal as suas ordens e posteriormente tomaram para si o controle do califado. Desta forma, al-Mutawakkil chega ao poder com o apoio dos turcos que anos mais tarde repetiriam o que foi feito com seu antecessor e o assassinariam, durante o período em que reinou teve de recorrer aos mulçumanos ortodoxos que baniram a doutrina do mutzalismo, seguida por al-Mamun, além do acirramento dos ânimos com os xiitas proibidos de realizarem peregrinações aos locais considerados sagrados.

Quanto aos cristãos e judeus, o califa exigiu que usassem em suas vestes distintivos humilhantes. Al-Mutawakkil pereceu vítima de uma conspiração entre chefes turcos e um de seus filhos (861), irritado com certas disposições relativas à sucessão. Com a morte de Mutawakkil, inicia-se um período de desagregação do califado. (GIORDANI, 1985: 92).

As diversas tentativas de sucessão levaram ao fim a dinastia abássida, dividindo o Império em várias regiões independentes: o Egito fatímida, a Ifriqiya kharidjita, a Espanha Omíada e os antigos territórios abássidas na Ásia-Central controlados pelos turcos seldjúcidas.

2.7 A EXPANSÃO ISLÂMICA NO NORTE DA ÁFRICA E REGIÃO MEDITERRÂNEA

2.7.1 O Caso do Magreb

A consolidação do Islã no norte da África, principalmente no Magreb, possibilitou o avanço ainda maior da religião pelo continente e pela região, grande parte deste sucesso está atrelada a conquista e apoio dos povos berberes, habitantes da região.

Nenhum estudo sobre a conquista da África do Norte pelos muçulmanos pode passar em silêncio sobre o papel, de primeira ordem, desempenhado pelos berberes aquando da conquista da península ibérica, acerca da sua contribuição para a história da Espanha muçulmana, assim como no tocante à hegemonia muçulmana no mediterrâneo. (EL FASI; HRBEK, 2011: 287).

A conquista árabe do Magreb atinge de maneira considerável a sua população, que passa a conviver com transformações nos mais diversos âmbitos da sociedade. A cultura, a organização social, a política e os laços religiosos foram sendo adaptados à nova realidade, o rompimento de suas relações com os cristãos dirige sua atenção para o Oriente muçulmano na tentativa de se islamizar.

Apesar de pouco ortodoxa, a conquista árabe agrada a população local por conta da maneira simples como a doutrina muçulmana lhes foi apresentada. Esta relativa harmonia conheceu seu fim através da forma como o califado Omíada tratava este povo, considerando-os cidadãos de segunda classe, privilegiando assim a aristocracia Quraychita. Este cenário tornou a aceitação a doutrinas mais radicais, essencialmente o kharidjismo com seu ideal de igualdade entre os muçulmanos árabes e não árabes.

Os berberes reclamavam terem sido mal recompensados pelos seus serviços (situação inegável na Espanha, onde se lhes haviam dado como feudos regiões menos férteis). Consequentemente, no Magreb, eles se desligaram da ortodoxia sunita, representante da política oficial dos umayyades, e voltaram-se para as doutrinas kharidjitas. (EL FASI; HRBEK, 2011: 291).

A queda da dinastia Omíada e a ascensão dos Abássidas afastaram ainda mais os berberes da autoridade Oriental do império, permitindo desta forma que a democracia kharidjitas erguesse no norte da África inúmeros estados menores que se espalharam pelo Magreb. Um deles o Tamasna, situado as margens do Oceano Atlântico, fundado pelo um pertencente da tribo dos zanatas Tarif. Sua dinastia, Banu Tarif, levou por séculos os ideais nacionalistas dos berberes, chegando inclusive a romper com os domínios espirituais islâmicos redefinindo suas bases. Criou-se então um modelo religioso nacional pelo soberano Yunus b. Ilyas (842-

884), que consistia em transformar seu avô, Salih b. Tarif, em um profeta e conferir a ele um corão em berbere, com todo um conjunto de rituais e restrições alimentares muito mais exigentes àquelas praticadas no islã, assim sendo consideradas superiores.

Destaca-se também outro grande Estado, o reino sufrita dos Banu Wasul, formado por berberes da tribo miknasa que desempenharam papel de destaque na conquista da Península Ibérica. O ponto de partida para sua ascensão foi a cidade de Sijilmassa, que exercia a função de entreposto das caravanas advindas do deserto do Saara carregadas de mercadorias da África Central.

Além destes não se pode deixar de ressaltar a importância dos ibadistas, doutrina que difere do sunismo e xiismo e assemelha-se ao kharidjismo, em Trípoli. Esta cidade tornou-se essencial para as relações entre Kairouan e o califado de Bagdá.

Os chefes ibaditas, Abd al-Djabbār b. Kays al-Murādī e al-Hārith b. Talīd al-KaKramī, dois árabes, primeiramente conquistaram êxito, vitória após vitória, e lograram ampararem-se de toda a província de Trípoli. Infelizmente para eles, não escaparam, tanto quanto o ocorrido com seus co-irmãos sufritas, da maldição da desunião. Eles foram descobertos mortos, transpassados cada qual com a espada do outro. Ismā'īl b. Ziyād al-Nafūsī, um berbere, tomou a frente e ameaçou Gabès. Mas a sorte lhe escapou. 'Abd al-Rahmān b. Habīb logrou vencê-lo em 131/748-749 e recuperou Trípoli, onde massacrou os ibaditas a fim de extirpar a heresia desta província. (EL FASI; HRBEK, 2011: 300).

Mesmo assim o ibadismo não fora extremamente eliminado, decidiu-se por seguir na clandestinidade baseando-se nos conceitos de sua doutrina, a kitman (segredo) e a takyya (dissimulação tática) permitindo posteriormente o zuhur (ressurgimento). Ressurge em Tahert, onde um persa Abd al-Rhaman ibn Rustun dá início a dinastia Rustumida.

Posteriormente este torna-se imã dos ibadistas e seguem após ele oito sucessores que transformam Tahert refúgio de fiéis de outras doutrinas e grande centro econômico, embora kharidjistas não impediam muçulmanos de outras facções de habitarem e realizarem comércio na cidade.

Esta dinastia de relativo sucesso despertou a curiosidade de muçulmanos ortodoxos que ajudaram, através de contribuições financeiras, para a consolidação do Estado. Segundo El Fasi e Hrbek (2011: 301) "O Estado rustumida estendia-se,

como um plasma descontínuo e assaz fluido no qual se banhavam os fiéis do ibadismo, desde o Magreb Central até o Djabal Nafūsa.”

Desta forma a região gozou de relativa harmonia, tendo como principal motivo os laços políticos entre Rustumidas e os Omíadas de al-Andalus. Caso diferente vivido com os Aglábidas.

O reino fundado por Idrís I foi polo essencial da arabização e islamização da costa do Mediterrâneo africano. Mesmo com sua morte, os ideais defendidos por ele foram levantados por seu filho Idrís II, que enfrentou diversos problemas com seus vizinhos Aglábidas e com o califado de Bagdá. Porém estes logo perceberam que os idrísidas não ameaçariam seu poder.

Escapando-se da Árabia, Idrís, cerca de 172/789, firma na região de Volúbilis, as bases de um reino cedo dotado, com Fez, de uma nova capital. As teses duodecimanas, por seu lado, acharão século IV/X os seus melhores defensores nos Hamdânidas, príncipes de Mossul e de Alepo, e nos Buyidas, senhores do Iraque e do planalto iraniano, e por outro lado protectores titulados do califado. (MIQUEL, 1971: 112).

Sua política de expansão das fronteiras do islã foi cimentada a partir da cidade de Fez, que rapidamente transformou-se em ponto de partida para a evangelização da região. Após sua morte em 828, o reino passou por uma divisão entre seus sete filhos, embora essa divisão não prejudicasse a prosperidade do Estado inicialmente, principalmente pelo fato do primogênito Muhammad (828-836) ter herdado Fez e com ela o direito de reinar sob como soberano e ter seus irmãos como vassalos, as tentativas de unificação levaram a ruptura de poder e natural desagregação.

Na Ifriqiya a desordem levou o califado a decisão de elevar o Estado a categoria de Província, uma vez que Bagdá não obteve sucesso na retomada de poder militarmente. O responsável pela mediação foi Ibrahim al-Aghlab, fundador da dinastia que controlou o Estado por mais de um século, os Aglábidas.

Ibrāhīm ibn al-Aghlab não era um desconhecido. O seu pai governara a Ifrīkiya (148/765–150/767) onde ele deixara a sua vida. Ele próprio nomeado subgovernador do Mzāb (179/795) por Harthama b. A'yān, então governador da Ifrīkiya (179/795–181/797), ele pode imediatamente provar a sua fidelidade aos abássidas, colaborando eficazmente na luta contra os idrísidas. Em 181/797, ele foi elevado à condição de governador e brevemente teria a oportunidade de uma vez mais demonstrar a sua disciplina e lealdade. (EL FASI; HRBEK, 2011: 303).

O prestígio perante Bagdá lhe permitiu o direito de governar a região sem a intervenção do califado, primeiro passo para a independência do Estado. Além do prestígio foi necessário o comprometimento em pagar os tributos para o Império a fim de manter os laços políticos. Através da negociação a Ifriqiya emancipou-se do califado central sem romper relações com o mesmo, diferente da maioria dos demais Estados da região. Le Bom (1965: 302) afirma que, “Desde 800 até 909 onze príncipes árabes de famílias dos aglábidas reinaram nessa capital, desfrutando a África de tranquilidade sob seus reinados, e tendo eles empregado todos os seus esforços para a fusão dos árabes com os berberes. “

Inicialmente tumultuado, o reinado desta dinastia aproveitou-se da relativa paz para consolidar sua força, urbanizando Kairouan transformando-a em modelo de administração provincial.

As incursões dos Aglábidas não se dirigiram só contra a Sicília. O litoral da Península Itálica sofreu duramente os ataques muçulmanos. Bríndissi e Tarento foram saqueadas em 838, Bári foi tomada em 840. Ancona foi devastada em 841. Em 846 setenta embarcações árabes sobem o Tigre e seus ocupantes saqueiam as basílicas de S. Pedro e S. Paulo. (GIORDANI, 1985: 101).

Os saques permitiram aos Aglábidas empreenderem diversas obras que tinham como objetivo unificar e fortalecer seus domínios com a reconstrução da Mesquita de Kairouan e a construção das residências dos emires.

A presença árabe nessas regiões no século IX afastou a população berbere do norte da África, ocasionando um grande êxodo para as regiões montanhosas mais ao sul. De forma lenta e gradual os árabes se mesclaram a população local e impuseram sua cultura e religião, transformando os líderes nativos apenas em soberanos fictícios e tomando para si próprios o poder real.

2.7.2 O Caso do Egito

O distanciamento da sede central do califado fez eclodir no Egito várias desordens, principalmente entre os árabes descontentes com a ascensão persa e o exército. A fidelidade das tropas era medida pela maneira como o califado a financiava, uma vez que sua relação com a população local podia lhes despertar um sentimento de descontentamento caso não obtivessem soldos justos. Segundo El

Fasi e Hrbek (2011), isso permitiu que em 809, militares organizassem uma rebelião e tomassem Fustat, obrigando o governador a construir sua residência fora dos limites da cidade e fundasse uma cidadela onde posteriormente se instalaria a cidade do Cairo.

Além disso, os altos tributos que a população era obrigada a pagar, principalmente os camponeses árabes e não árabes, culminou em revolta contra o califado de Bagdá.

A participação de árabes das cabilas nas revoltas é assinalada desde 169/785 e o Hawf, o Delta oriental, esteve em estado de rebelião até 194/810. De 198/814 a 217/832, a anarquia foi total no Egito, onde a autoridade do Fustât não mais era reconhecida, senão rio acima da cidade, no Médio e Alto-Egito. Refugiados vindos de Córdoba, na Espanha, haviam constituído um Estado em Alexandria e controlavam o Delta ocidental. O Delta oriental, de Tinnīs a Bilbays e al-Farâma, formava outra entidade. Sem entrar nos detalhes das operações, devemos lembrar que foi necessário o envio de quatro mil soldados turcos e a presença no Egito do califa al-Ma'mūn para que a ordem fosse restabelecida em 217/832. (EL FASI; HRBEK, 2011: 207).

Tudo isso levou a uma série de medidas que transformaram o Egito em estado independente, sob a administração de descendentes dos conquistadores árabes que se integraram a sociedade geração após geração. Estes ocupavam cargos no governo e trabalhavam como comerciantes, alavancando a economia local. Porém grande parte dessa população árabe, que não fazia parte da aristocracia, migrou para próximo das populações rurais vivendo como beduínos seminômades. Inúmeras vezes estes atacavam caravanas de comerciantes a fim de prejudicar aqueles que lhes marginalizavam e viviam no luxo citadino, patrocinado pelos altos tributos.

Tornava-se cada vez mais evidente a influência turca nos assuntos do califado, as tropas formadas por sua autoridade diminuíram o poder do califa, a administração passou a ser exercida por membros da dinastia Abássida e líderes da tropa palaciana. Neste contexto, Ahmad ibn Tulun – substituindo Bakbak, um general de origem turca que comandava uma das tropas do califa – é instituído como governador do Egito em 868, por conta de suas vitórias militares perante os bizantinos recebeu a *salat* (autoridade política e militar) para a estabilização dos conflitos ocorridos na região.

Ibn Tūlūn foi obrigado, primeiramente, a intervir no Alto-Egito, onde três revoltas eclodiram em 255/869 e 256/870. As minas de ouro do Wādī al-‘Allākī, no Sudeste de Assuã, e os escravos da Núbia ataçavam as cobiças. Em 221/836, o tratado com a Núbia fora renovado e os filhos do rei recebidos em Fustāt e Bagdá. Igualmente, os nômades bēdjā, instalados entre o vale do Nilo e o Mar Vermelho, haviam concluído um tratado com ele, e um dos seus vivia em Assuã. (EL FASI; HRBEK, 2011: 208-209).

Dessa maneira conseguiu manter o Egito alinhado aos interesses de Bagdá, uma vez que o ouro e o trigo enviados ao califa eram indispensáveis para a manutenção das tropas. Todavia, o seu crescente prestígio como população e a ambição despertava-lhe a vontade de tornar-se independente. Com a ascensão de al-Mutamid ao poder, ibn Tulun recebeu deste o *kharadj* (autoridade financeira e fiscal) da Síria e Sicília, sem deixar de pagar os tributos do Estado para o califado. As constantes revoltas sofridas pelos Abássidas fizeram com que al-Muwaffakh, irmão do califa e responsável pela parte oriental do Império, jugasse insuficiente os impostos recebidos do Egito. Lo Jacono (2007) apud Rollo (2013) Explica que, “A mais impactante das ações foi sua decisão de não mais enviar para Bagdá todo o montante dos impostos arrecadados. Em 876, ele recolheu 4,3 milhões de dinares, mas só enviou 1,2 ao regente do califado, deixando 2,2 à disposição de Al-Mutamid e mantendo o restante no próprio Egito.”

Vale ressaltar que boa parte desta soma foi investida na construção de um hospital e um aqueduto, assim como a ampliação da cidade de Fustat. Suas obras permitiram o crescimento da produção comercial e artesanal, além de permitir uma significativa mudança na vida da população. O combate a corrupção e a reforma fiscal, bem como a diminuição das burocracias estatais, permitiram o pagamento dos soldos as tropas a fim de conquistar o apoio destes contra poucas rebeliões de grupos nômades do deserto.

Esta demonstração fez com que al-Muwaffak decretasse a expulsão de ibn Tulun do Egito, porém suas tropas mal pagas recusaram-se a lutar. Enfrentando certa resistência de parte dos Sírios, tornou-se senhor do Egito e da Síria.

Tudo isso permitiu que Ibn Tulun pudesse fortalecer seu governo. Ele aumentou permanentemente a frota construindo navios em um estaleiro localizado na ilha fortificada de ar-Rawda e continuou recrutando mercenários e comprando escravos para suas tropas. Quando ele morreu, em 884, sua autoridade política estava firmemente estabelecida entre a Líbia e o norte da Síria. (ROLLO, 2013 :233)

Mesmo não rompendo por completo suas relações com Bagdá, mantendo o nome do califa na cunha das moedas, ibn Tulun conviveu com várias tentativas de retomada do Egito por parte dos Abássidas. No entanto, os conflitos não impediram o crescimento do comércio com antigos e habituais parceiros, sejam de dentro ou fora do “mundo islâmico”. Rollo (2013) descreve que o Egito continuava a exportar burros de carga, tecidos de seda, papiro, bálsamo e topázio para todas as regiões do califado; Além de receber da África do Norte, animais selvagens como falcões e panteras, e matérias-primas para a fabricação de tecidos e para os curtumes.

A mudança da capital para Ahmad fez ampliar a geração de empregos com sua edificação, assim como a produção agrícola, pecuária, artesanal e o incentivo ao tráfico de escravos oriundos da África Negra e Europa Ocidental.

Esta política desenvolvimentista empreendida pelo primeiro emir da dinastia Tulúnida, não foi suficientemente eficaz para a manutenção do poder por parte de seus sucessores, haja visto que o pouco apoio militar obtido fora do Egito e sua insistência em defender certos interesses do califa contribuíram para o breve governo de seu filho Khumarawayh (884-896), que recebera do califa o direito de controlar o Egito, a Síria, a Sicília e o norte da Mesopotâmia, por 30 anos em troca da submissão deste ao califado de Bagdá e ao pagamento de tributos ao mesmo. Segundo Rollo (2013) “Ao assumir o controle do emirado – assim expressando a formação de uma breve dinastia, os Tulúnidas –, o jovem pôde capitalizar por algum tempo a força do legado paterno, porém, não parecia ter a mesma firmeza de propósitos e a mesma capacidade de angariar apoio.”

No entanto, sua deficiência na gestão não afetou na conquista de parte da Cirenaica e da Mesopotâmia. Com o intuito de não enfrentar a resistência ao seu governo por Bagdá, tratou de casar uma de suas filhas com o califa al-Mutadid. Esta estratégia serviu apenas para retardar o inevitável conflito, com o crescente descontentamento e acirramento com o califado a queda e assassinato de Khumarawayh tornou-se iminente em 896. Até a reconquista dos Abássidas, em 905, seus filhos pouco influíram na administração do Egito. Bagdá reavaliou os termos de controle dos domínios Tulúnidas, diminuindo os territórios dominados e aumentando substancialmente os tributos pagos ao califado.

O insucesso militar da dinastia não apaga o fato de que a economia egípcia alcançou papel de destaque no cenário mundial, as grandes obras realizadas por ibn

Tulun, comparadas àquelas empreendidas pelos faraós, cimentaram o poder dos emires junto a população em detrimento a preponderância iraquiana.

2.7.3 O Caso de al-Andalus

A conquista da Península Ibérica levou àquela região ao ápice de seu desenvolvimento político, social, cultural e científico. Foi no período em que se tornou independente onde obteve maior sucesso. Segundo Le Bom (1965) “[...] eles dedicaram-se ao cultivo das ciências e das letras, traduziram os autores gregos e latinos e fundaram universidades que durante muito tempo foram os únicos centros intelectuais da Europa. “

Além disso desempenharam papel preponderante para a interação entre o Oriente muçulmano e a Europa Cristã, ressaltando também a força de uma dinastia califal, os Omíadas.

Após a conquista da Espanha, a região recebeu diversos migrantes árabes e norte africanos para o estabelecimento da sociedade muçulmana, bem como a islamização da Península. Feudos Sírios e Egípcios estenderam-se pela costa mediterrânea e estes estavam submetidos a autoridade do estado de Córdoba. Com o declínio do califado Omíada de Damasco, Abd ar-Rahmam desembarca na Península Ibérica e com a ajuda de tropas leais a dinastia destitui o governador de Córdoba, dando início assim ao Emirado Omíada independente de Córdoba. Segundo Lewis (1990: 139), “O primeiro século de domínio omíada em Espanha foi um período de perturbações, durante o qual os Amirs de Córdoba se empenhavam na pacificação do país e em aniquilar as insurreições latentes e abertas dos diversos elementos da população.”

A grande corrente migratória na Espanha transforma a região rapidamente e um centro cosmopolita, as misturas das diversas raças vai influir diretamente para o fim dos privilégios da aristocracia árabe. Os berberes logo fixaram-se nas regiões montanhosas, cultivando a terra e vivendo de um modo semelhante ao praticado no norte da África.

A tolerância religiosa permitiu que povos de diversos credos convivessem em relativa harmonia, salvo algumas ocasiões onde a política influía no âmbito religioso. Apesar de tolerância, a islamização continuou a atrair rapidamente fieis descontentes com suas doutrinas. Sobre isso Lewis (1990: 139-140) explica que,

“Em breve os Muçulmanos espanhóis de língua árabe, livres, os resgatados e os escravos, constituíam a maior parte da população. E mesmo aqueles que se mantiveram fiéis às suas antigas religiões adaptaram a língua árabe de forma surpreendente.”

Logo a língua passou a ser predominante, ao ponto de afetar todos os aspectos da vida cotidiana. Textos como a Bíblia eram traduzidos para o árabe, cristãos recebiam incumbências do Estado, sejam em cargos administrativos ou como mediadores em questões diplomáticas. Designou-se inclusive uma expressão para os cristãos falantes do idioma árabe, eram os moçárabes.

No entanto a perda de influência dos *fuqaha*, mestres que possuíam o conhecimento dos ensinamentos do Corão, revoltou os mesmos que passaram a incitar as camadas inferiores da sociedade, formada principalmente pelos recém-convertidos ao islã. Logo as cidades foram tomadas por revoltas. Segundo Giordani (1985: 108):

Em Toledo, cidade habitada em grande parte por moçárabes (nome dado aos cristãos sujeitos às autoridades islâmicas e mais ou menos arabizados), o emir tomou drásticas medidas mandando decapitar as pessoas mais influentes (807). Em Córdoba a situação se agravou de tal modo que uma parte da população foi exilada. Alguns desses *rabadiyyun* (habitantes dos subúrbios) apoderaram-se da ilha de Creta onde se mantiveram enfrentando os bizantinos até 961. Aos *fuqaha* agitadores das classes inferiores foi proibida a permanência em Córdoba.

O reinado de al-Rakan I (796-822) demonstra a dificuldade em manter distantes as forças advindas da Europa, exclusivamente os Francos, que avançaram até Barcelona ocasionando a diminuição da influência do emirado nas regiões próximas da Gália. Seu sucessor al-Rahman II (822-852), aos poucos conseguiu firmar Córdoba como estado independente, graças a prosperidade econômica vivida pelo reino e as revoltas enfrentadas pelos Abássidas no califado. Implantando o modelo iraquiano de administração, os Omíadas conquistam relativo sucesso em seus governos. Al-Andalus rapidamente se equipara a Bagdá em importância como centro intelectual e científico, e arabiza cada vez mais este pedaço da Europa, mesmo sob as tentativas falhas de reconquista dos francos. De acordo com Pirenne (2010: 153) “Pode-se dizer que desde a conquista da Espanha e, sobretudo, da África, o Mediterrâneo ocidental tornou-se um lago muçulmano. Desprovido de frota, o Império Franco nada pode fazer.”

Mesmo possuindo o controle das revoltas Muhamad I (852-886) inflige contra os moçárabes e os berberes uma cruel perseguição. Seu comportamento diante das situações, desencadeou várias revoltas de grandes proporções durante a segunda metade do século IX. Estas insurreições contribuíram para novas investidas dos francos. Segundo Nunes (2015: 31) “A pressão cristã foi favorecida pelo clima insurrecional emergente no al-Andalus, que enfraqueceria a capacidade de resposta do emir, porque tanto a ameaça interna, como a externa, obrigava às forças de Muhammad a uma perigosa dispersão.”

As incertezas levaram até mesmo servos leais ao emir a questionarem sua soberania, caso de Musa ibn Musa, que negociou com cristãos francos e rebelou-se contra a autoridade de Córdoba. Posteriormente Musa foi derrotado por Muhamad, tomando o *dawla* (dinastia) dos Banu Qasi e designando alguns de seus membros como protetores de cidades importantes no emirado.

Al-Mundir sucessor de Muhamad, foi envenenado e substituído por seu irmão abd Allah que teve de enfrentar uma situação verdadeiramente anárquica. Várias cidades eram governadas por chefes independentes Abd Allah conseguiu superar todas essas dificuldades especialmente após a vitória sobre seu principal adversário Ibn Hafsun em Poley (891). GIORDANI (1985: 108).

Apesar de poucas as províncias revoltosas seguiram resistindo a autoridade Omíada, somente com o início do Califado de Córdoba a obediência foi restaurada na região.

A expansão do Islã na Península Ibérica transformou a Espanha em uma potência econômica, a competência agrícola dos árabes e o fomento da indústria e ciência introduziu em al-Andalus o cultivo de diversas culturas inexistentes na região. Além disso, a transformação do espaço com as diversas obras modificou o pobre e árido cenário visigodo em um centro científico e industrial muçulmano, notabilizando-se como um marco nas conquistas empreendidas pelos árabes fora da Península Arábica.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

O termo “pesquisa” significa, segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 1986: 1320), “indagação ou busca minuciosa para averiguação da realidade; investigação, inquirição”. Além disso, também significa “investigação e estudo, minudentes e sistemáticos, com o fim de descobrir ou estabelecer fatos ou princípios relativos a um campo qualquer do conhecimento”. Essas definições nos ajudam a compreender a pesquisa como uma ação de conhecimento da realidade, um processo de investigação, minucioso e sistemático, para conhecermos a realidade ou alguns aspectos da realidade ainda desconhecidos, seja essa realidade natural ou social.

Desta forma, a pesquisa tem como principal função interpretar aquilo que vivemos. Além disso ela reafirma a importância do conhecimento para a vida social.

Pesquisa é um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. (...). A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos (...) ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados (GIL, 1996: 19).

O projeto foi desenvolvido com um estudo qualitativo de cunho bibliográfico, Para Gil (1996: 44), os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema.

Por meio desta metodologia, será possível compreender os acontecimentos históricos, sociais e as relações econômicas que indicaram a trajetória da relação entre religião e economia, tendo como ponto fundamental a evangelização do norte do continente africano e sua importância nas relações comerciais e culturais entre dois “mundos” completamente díspares.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001: 21-22).

Desta forma, por buscar a análise histórico-crítica desta relação intercontinental através das leituras, será essencial o contato com alguns autores proporcionando um maior esclarecimento acerca de todo um sistema sócio-político e econômico, além de oportunizar a exposição de fatos que podem ajudar na análise e discussão de uma nova concepção da Idade Média.

Para que o referencial teórico transcorresse de forma positiva e que o desafio proposto se transformasse em um grande aprendizado, houve a necessidade de grande leitura de livros, textos, periódicos e análise bibliográfica. Em virtude da carência de material foi necessário se alicerçar em bases sólidas que propõe um novo olhar, não só ao feudalismo europeu mais também para a África Medieval embasado no terceiro volume da coleção História Geral da África, que nos atenta para a importância deste continente para o advento da transformação das sociedades ocidentais e sua colaboração na difusão do islamismo e da cultura árabe para o mundo.

Por fim, é necessário entender que ao utilizar a pesquisa bibliográfica, é importante destacar que ela está sempre presente para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, colaborando com informações que auxiliam a análise futura dos dados adquiridos. Desta forma, diferencia-se da revisão bibliográfica, já que supera a simples observação de dados presentes nas fontes pesquisadas, assim como produz sobre eles a hipótese, o entendimento crítico do significado neles existente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a concretização da pesquisa, fica evidenciado o papel importante exercido pelos árabes na conquista da região mediterrânea e a ascensão da economia que conheceu no século IX, o seu apogeu. O império ergueu-se com a força dos beduínos e a astúcia dos comerciantes árabes que levaram o islã a África a fim de expandir as fronteiras econômicas de seu reino, confirmado por Hrbek e El Fasi (2011), “O império árabe fora edificado por um exército de guerreiros nômades, porém esta força armada tinha à sua frente mercadores citadinos já familiarizados com as culturas dos territórios ocupados.”.

Além disso não se pode deixar de destacar o papel das populações locais, principalmente os berberes, na islamização da costa do mar mediterrâneo. A conquista destes povos foi essencial para a concretização dos planos políticos de ampliar a zona de influência do islã. Marcado por grandes modificações o Império Árabe, chefiado pela dinastia Abássida, transforma-se em um aglomerado de Emirados e Estados independentes ruindo com a unidade político-religiosa conquistada.

Assim sendo, o Império Árabe dos primeiros conquistadores cederia lugar ao mundo muçulmano da Idade Média: mundo, e não mais império, pois constituído de Estados politicamente autônomos e frequentemente hostis, conquanto conscientes de uma identidade comum que os diferenciava das outras regiões do globo; muçulmano, e não somente árabe, pois fundado em uma fé comum, muito mais que sobre laços étnicos. (EL FASI e HRBEK, 2011: 3)

Evidencia-se que pouco a pouco a religião passou de fator essencial para se tornar um mero coadjuvante na concepção de administração política empreendida pelos califas. A figura deste deixou de ser intimamente ligada ao profeta como seu sucessor e passou a ser vista como um fantoche comandado por interesses de certos grupos, é inegável que a distância do centro de poder acarretaria na independência dos diversos protetorados espalhados pelo império. Esses movimentos separatistas tentam principalmente restaurar a unidade religiosa perdida no decorrer da expansão. Sobre estes Miquel (1965) afirma que:

O triunfo do sunismo, que se afirmará a partir do século V/XI, forja-se nas lutas doutrinárias e políticas sustentadas desde os primeiros decênios do califado abássida. [...]. Não há efectivamente nenhum movimento religioso que, apoiado nos interesses de clã, nas posições étnicas ou nas tensões

sociais, não consiga então inscrever-se nos factos, em termos de poder político. (MIQUEL, 1965: 112).

O autor sustenta a tese de que apesar das recorrentes rebeliões o califado, mesmo que simbolicamente consegue se sustentar pelo fato do califa ainda representar uma crença forte entre alguns seus fiéis. A crise de poder ascende conflitos doutrinários, principalmente entre xiitas e sunitas, acirrado ainda mais com o apoio do primeiro na derrubada da dinastia Omíada de origem sunita.

El Fasi e Hrbek (2011) afirmam que a unidade do Império constitui-se ainda pelo fato de ao conquistarem uma região os árabes impuseram sua língua a população conquistada, “a qual se tornaria a principal língua administrativa, literária e científica de todo o mundo muçulmano, e ofereciam a sua poesia e as suas concepções estéticas.”

O idioma caracterizou-se por ser o viés de sustentação da administração árabe e unificação dos povos islamizados, Giordani (1985) ressalta a importância do idioma, “As duas vigas mestres da Civilização do mundo árabe medieval são a religião e a língua árabe.”. A partir da língua inúmeros filósofos, cientistas e poetas difundiram suas ideias e descobertas. Mantran (1977) complementa afirmando que essa expansão linguística se deve ao fato da propaganda utilizada pelos árabes atrelando o idioma ao Profeta. “Mais tarde, a expansão da língua árabe foi devida, sobretudo, ao fato de ser a língua da revelação, à única utilizável pelos muçulmanos em todas suas atividades religiosas.”

O legado deixado pelo Império ressalta ainda mais a importância do islã para a difusão do conhecimento deixado pelas sociedades da Antiguidade, principalmente a herança grega escondida nas bibliotecas Bizantinas. O avanço científico alcançado pelos muçulmanos possibilitou o desenvolvimento das mais diversas técnicas nos vários âmbitos das ciências. Segundo Le Bon (1965):

Insignificantes foram os conhecimentos químicos por eles encontrados nos livros gregos, mas os árabes descobriram logo os corpos mais importantes, como o álcool, o ácido sulfúrico, o ácido nítrico, este mesmo misturado com o ácido clorídrico (água régia), etc., que a Grécia não chegou a conhecer. Também descobriram as operações mais fundamentais da química, como a destilação. (LE BON, 1965: 586).

Além disso, o incentivo a educação com a criação de escolas e universidades nas principais cidades do reino, revelam como o império incentivou o

desenvolvimento do intelecto da população. Giordani (1985) afirma que a criação da Casa da Sabedoria, em Bagdá com academia científica, observatório e biblioteca pública, além da contratação de tradutores para a tradução dos escritos gregos inaugura um período de transformações que influenciariam o resto do mundo posteriormente.

Portanto que evidente como a Alta Idade Média no ocidente muçulmano e no oriente não possuem característica de atraso cultural e científico, refutando a ideia de análise deste período tendo como objeto de estudo apenas a Europa Ocidental. As transformações econômicas, sociais, político-administrativas e intelectuais nos domínios do Império Árabe e nos emirados independentes demonstram o avanço pelo qual a sociedade passou. Sem contar a influência dos muçulmanos no desenvolvimento da Europa.

A força retumbante com a qual o Islamismo dominou uma boa parte do mundo demonstra a força que uma religião pode alcançar e como essa está intrinsecamente ligada às economias principalmente pelo fato de como as doutrinas influenciam no modo de vida e nos hábitos de uma sociedade.

As conquistas empreendidas pelos árabes no norte da África, nos califados *Rashidun*, impactaram drasticamente no *status quo* das sociedades invadidas, seus sistemas tradicionais de organização fundiram-se aos dos árabes e formaram inicialmente a base para a islamização de várias nações. O intuito da política do islã não era converter todos os não-muçulmanos e sim ampliar sua zona de dominação, apesar de reconhecerem que o Estado só deveria ser comandado por muçulmanos.

O autor Ivan Hrbek afirma que mesmo não conquistando o mundo todo o período entre os séculos V e IX pode ser considerado a “era islâmica”, pelo conjunto de transformações que as áreas de influência conheceram. O fato de ter nascido em uma sociedade ‘menos desenvolvida’ intelectualmente, a assimilação e transformação dos costumes de outras civilizações, principalmente a indiana e a chinesa, a tornou força preponderante nas civilizações do Mediterrâneo e Oriente Médio.

Entre os fatores da rápida expansão do islã a localização geográfica privilegiada, ponto de encontro entre o Ocidente e Oriente, e a organização das cidades fortemente povoadas foi essencial para alavancar sua economia e seu

domínio. Sua área de influência acaba se tornando uma zona de livre comércio, trazendo consigo várias inovações tecnológicas.

A grande produção de metais preciosos e minérios levaram à adoção da moeda de ouro em substituição as moedas de prata, este fato fomentou o consumo da população estimulando a produção vários artigos comerciais e sua valorização. Desta forma o comércio muçulmano se posicionou de forma a desbancar o comércio europeu que se viu ameaçado pela voracidade dos beduínos.

O controle do Egito permitiu aos árabes o controle do maior centro comercial e entreposto de mercadoria da região, escravos vindos da Núbia, Etiópia e Sudão Ocidental e Central, além disso, o controle das minas de ouro do Alto Nilo, escoado através do Mediterrâneo até a sede do califado, e a conquista de outras fontes permitiu ao islã o controle cambial do comércio mundial.

Em múltiplas ocasiões, o Egito exerceu influencia no destino de outras partes da África; ele foi o ponto de partida da conquista árabe do Magreb, no século VII, em seguida da invasão hilālī, no século XI. A primeira teve como efeito islamizar a África do Norte e a segunda arabizá-la. Foi a partir do Egito que os beduínos árabes iniciaram o seu movimento rumo ao Sul e penetraram progressivamente na Núbia, abrindo deste modo a via para o declínio dos seus reinos cristãos e para a arabização do Sudão nilótico. (EL FASI; HRBEK, 2011: 7-8).

Estas conquistas tiveram papel fundamental para a ascensão do islã, o norte da África se mostrou importante tanto na expansão religiosa quanto na expansão econômica. Foi através dos berberes do Magreb e de sua posição que se podem conquistar novos territórios, tais como a Espanha e a Sicília.

O comércio na região do Mediterrâneo acaba sofrendo com os conflitos entre muçulmanos e cristãos, em contrapartida as rotas comerciais do Oceano Indico não sofrem muito com questões religiosas, uma vez que havia um cuidado dos mercadores árabes e persas a fim de não enterrarem seus vínculos comerciais.

No centro de toda a expansão do islã na África estão os berberes, povos que habitavam a região do Magreb, responsáveis pela disseminação da religião por todo o território africano e pelas ilhas mediterrânicas. Seu intenso comércio com os povos ao sul do Saara proporcionou ao Império uma grande fonte de riquezas, conforme Lombard (1953) explica que:

[...] as tribos berberes do interior haviam progredido em direção ao sul, através do Saara: haviam-se apoderado, aos poucos, do deserto, construído os oásis, e, finalmente, estabelecido o contacto com a orla sudanesa. A conquista do Maghreb pelos muçulmanos, o estabelecimento do seu domínio sobre as tribos berberes e a extensão do seu comércio em direção ao sul deviam unir essa rede de comunicações do Saara ao domínio mediterrâneo e permitir que se organizasse o encaminhamento do ouro do Sudão pelas pistas do deserto, em direção aos mercados da África do Norte [...]. No X século, as taxas que lá eram cobradas sobre as importações do Sudão proporcionavam ao Tesouro 400.000 dinares por ano. (LOMBARD, 1953: 34).

Durante um certo período o califado Abássida usufruiu dos tributos sobre a exportação do ouro sudanês, este domínio só fora interrompido por conta da aproximação dos berberes ao emirado Omíada de Córdoba, alias a relação desta dinastia com o norte da África intensificou-se durante todo o século IX resultando no rompimento destes povos com Bagdá.

Para a edificação do Império e o asseguramento de suas riquezas foi necessário investir no tráfico de escravos de todas as partes, dessa maneira garantia-se principalmente a segurança e continuidade da dinastia dominante. André Miquel como os escravos contribuíram, quer seja nas minas, na agricultura ou no exército:

[...] só por si, os Tûlûnidas dispõem de uma tropa de 24000 escravos turcos e 42000 africanos, Os Omáyyadas de Córdoba de 10000 escravos; e quando os Zandj, escravos negros do Baixo-Iraque, estiveram em revolta durante quinze anos, será necessário, para dominá-los, mobilizar todo o exército califal (270/883). (MIQUEL, 1965: 140).

O sucesso dos empreendimentos muçulmanos se sustentou por muito tempo graças ao controle e repressão das revoltas internas e por repelirem as ameaças externas, vindas muitas vezes da Europa Ocidental, exercendo o controle das rotas comerciais marítimas e terrestres.

A expansão do Islã na Península Ibérica transformou a Espanha em uma potência econômica, a competência agrícola dos árabes e o fomento da indústria e ciência introduziu em al-Andalus o cultivo de diversas culturas inexistentes na região. Além disso, a transformação do espaço com as diversas obras modificou o pobre e árido cenário visigodo em um centro científico e industrial muçulmano,

notabilizando-se como um marco nas conquistas empreendidas pelos árabes fora da Península Arábica.

O sucesso dos príncipes omáyyadas explica-se, entre outras razões, pela sua preocupação arbitral, pela sua recusa de encarar as insurreições, no próprio momento em que as esmagam brutalmente, de outro modo que como peripécias políticas, evitando pôr em causa princípios étnicos ou confessionais. Assim puderam os Judeus ver um dos seus ministros e os Cristãos reunir-se em concílios, assegurar a permanência dos falares ibéricos e prosseguir com o diálogo com os correligionários para além da fronteira do Norte. (MIQUEL, 1965: 179-180).

Este sucesso ibérico espalhou-se pelo norte da África e ao final do século IX toda essa região, já distanciada do califado abássida que se via confinado a autoridade dos chefes militares turcos, torna-se independente com dinastias formadas por descendentes dos conquistadores árabes e pela população local cercada de doutrinas criadas a partir das “cismas do islã”, este novo ambiente permite a preponderância da religião islâmica sob a população majoritariamente muçulmana. A dominação influencia as relações comerciais da região mediterrânea, bem como todos os aspectos da vida cotidiana e conhece seu fim somente após as cruzadas cristãs dos séculos XI e XII.

Como toda grande Império os islâmicos deixaram um grande legado para o mundo, o valor de suas contribuições é inegável seja na Filosofia, na Medicina, na Literatura ou na Matemática. A partir da consolidação do Império, os califas trataram de fundar grandes centros de ensino, disponibilizando pessoas para traduzirem para o árabe importantes obras, em especial as gregas. Ao conquistarem a Pérsia e a Síria foi possível entrar em contato com um acervo literário da ciência grega, proporcionando assim um aprofundamento da curiosidade em conhecer este “novo mundo”. Gustave Le Bon exemplifica como se deu este processo de aprendizagem árabe.

Durante este primeiro período de iniciação, que pode ser comparado ao tempo que a criança passa no colégio para receber a sabedoria acumulada pelas gerações anteriores, o conhecimento da antiguidade greco-latina era a base da educação de todo o árabe instruído. Os gregos, assim, foram os primeiros mestres dos árabes, mas como estes possuíam bastante originalidade intelectual e bastante entusiasmo, não se contentaram por muito tempo com o papel de discípulos que lhes reservou a Europa em toda Idade Média [...]. (LE BON, 1965: 538)

O idioma árabe se torna essencial não só para os muçulmanos mais também para os intelectuais, dispostos a entrarem em contato com obras antes disponíveis apenas em grego e em poucos locais. A língua conheceu no final do século IX uma atividade nunca antes vista, despertando entre as diversas “nações” as disputas sobre quem seriam os maiores autores do idioma árabe. Esta difusão permitiu também uma maior difusão do Corão e dos ensinamentos do islã.

Apesar da grande carga religiosa trazida pelos muçulmanos, as ciências tiveram grande prioridade por parte dos governantes islâmicos, principalmente pelos califas da dinastia Abássida. O autor Mario Giordani ressalta a importância da criação dos centros científicos árabes para a difusão dos conhecimentos recém conhecidos, além da tradução destes escritos para o árabe permitindo o florescimento de uma nova potência cultural e científica.

A criação de escolas jurídicas e o desenvolvimento cultural estimulado pelas cortes de Bagdá, de Córdoba e do Cairo vão contribuir decisivamente para tornar o árabe a verdadeira língua de civilização do mundo muçulmano utiliza para exprimir o pensamento de filósofos, cientistas, poetas, juristas, teólogos, historiadores, etc. (GIORDANI, 1985: 220)

O entusiasmo se cristalizou nas diversas obras que brotaram em todas as regiões invadidas pelo islã, em todas as cidades conquistadas uma mesquita e uma escola logo eram edificadas, a fim de consolidar seu domínio através da educação. Algumas cidades mais importantes receberam universidades com estruturas de laboratório, observatório e grandes bibliotecas com acervos ricos e vastos.

O pontapé inicial para a estruturação de um grande centro de estudos consiste na criação da Casa da Sabedoria, em Bagdá. O local consistia em um centro de estudos composto de academia, biblioteca, escritório de tradução e observatório, abrigando diversas obras de ciência e Filosofia grega que fora desprezada pela Europa cristã. O califa al-Mamun dá início a essa transformação da capital do reino em uma superpotência científica. De acordo com George Kirk o califa procurou atrair para o Iraque pessoas que contribuíssem para a conquista imprimida por sua dinastia. Ele “tinha em sua corte astrônomos, engenheiros e outros homens de ciência, os planos de sua nova cidade foram preparados por um astrônomo persa e um judeu.” (KIRK, 1967: 47). Além disso, foi dado início a tradução de obras científicas das áreas conquistadas, principalmente textos gregos, persas e sírios.

Dessa forma o Oriente passou a receber os emigrados de outros reinos que não mais os aceitavam por questionarem a religião do estado, como por exemplos sábios expulsos de Constantinopla que ajudaram na tradução de textos clássicos de Platão e de Aristóteles. Estes estudos tiveram um maior incentivo no califado Abássida, que incentivava a recepção do legado grego e sua miscigenação a cultura árabe, enriquecendo-a cada vez mais. Segundo Nabhan (1996), “O conhecimento que os árabes adquiriram da filosofia grega, por meio das traduções, auxiliou na compreensão da originalidade do pensamento grego que se encontrava em Aristóteles, sendo este o autêntico mestre da filosofia árabe.”

Desenvolveu-se no Império uma filosofia aristotélica carregada de influências neoplatônicas, apoiado na corte abássida o filósofo al-Kindi utiliza a metafísica onde o prioriza o estudo da divindade. Giordani (1985) explica que o problema central da metafísica do filósofo era a Divindade. Para ele Deus era uno e simples, estando acima de todos e de tudo, afirmando que o mundo foi criado por ele a partir do nada e que Deus é a causa de todas as coisas existirem e sem ele nada existiria. Além disso, seus estudos também resultaram na formulação de um dicionário filosófico, considerado por muitos o primeiro do mundo árabe.

Enquanto no Oriente as descobertas científicas estavam a cada dia enriquecendo a cultura árabe, na Espanha a dificuldade encontrada pelo Emirado de Córdoba estava alicerçada no passado visigótico de pouca produção científica e literária. Somente com o intercâmbio de comerciantes com o Oriente permitiram o florescimento tardio do desenvolvimento das ciências na região, este intercâmbio teve contribuição muito grande de médicos que entraram em contato, Giordani (1985) afirma que, “Assim, é que, com a introdução na Espanha da medicina científica, chegaram também as ideologias filosóficas dos médicos orientais.”.

A medicina, fortemente influenciada pela grega alcançou grandes feitos na área da Anatomia, na cura de doenças e na formulação de tratados de cirurgias. O médico e químico al-Razi foi responsável por estudos a respeito das enfermidades que acometiam crianças, escrevendo o primeiro livro sobre pediatria. Além disso, escreveu livros sobre algumas graves doenças como a varíola, escarlatina e vários tipos de febre, sendo posteriormente traduzidas e difundidas pela Europa. Segundo Le Bom (1965), “Quase todas as obras de Arrazi foram traduzidas para o latim e impressas várias vezes, especialmente em Viena em 1509, e em Paris em 1528 e 1548. Seu tratado de varíola reimprimiu-se ainda em 1745.”. Considerado um dos

grandes estudiosos da medicina árabe, notabilizou-se por sua busca de conhecimento, aconselhando a todos os profissionais de medicina um maior embasamento nos diagnósticos a fim de não causarem mais danos aos enfermos.

Uma das maiores contribuições deixadas pelos muçulmanos vem da matemática, o seu estudo foi amplamente divulgado entre os islâmicos notabilizando-se o estudo da álgebra como o principal ramo matemático. No califado de al-Mamun este ordenou que fosse formalizado um tratado de álgebra que fosse acessível à população, tarefa incumbida a Muhammad bnu Mussa que escreveu um livro que anos mais tarde iniciou os Europeus ao estudo da álgebra.

A conquista empreendida no Extremo Oriente possibilitou aos árabes o contato com o sistema numérico indiano, que posteriormente seria a base da matemática árabe. Durant (1965) apud Giordani (1985) expõe o fato dessa forma:

Em 773, por ordem de al-Mansur fizeram-se traduções dos *Siddhantas*, tratados astronômicos da Índia que datavam até de 425 a.C. Estas versões podem ter constituído o veículo pelo qual os números 'arábicos' e o zero foram introduzidos da Índia para o Islã. Em 813 al-Khwarizmi empregou os números hindus nas suas tábuas astronômicas. Por volta de 825 ele publicou um tratado conhecido na sua formatação como *Algoritimi de número Indorum*, 'Dois números indianos, de al-khwarizmi'. Com o tempo algoritmo ou algorismo veio a significar qualquer sistema aritmético baseado na anotação decimal.

A criação do sistema numérico indo-arábico possibilitou uma maior facilidade, principalmente no comércio e a criação de soluções para as problemáticas referentes a este setor levou a formulação de um sistema de solução para questões aritméticas utilizando 'regra de três'. O sistema tornou-se comum ao resto do mundo e é utilizado até os dias de hoje por nossa sociedade.

Tendo como base as ideias indianas e gregas a astronomia difundiu-se de maneira prioritária em Bagdá, a tradução dos escritos de Euclides, Ptolomeu e Arquimedes. O desenvolvimento desta ciência deve-se muito ao fato de que os astrônomos árabes dispunham de grades observatórios, proporcionando, por exemplo, calcular de forma exata a duração do ano e a posição dos planetas do sistema solar. Estes conhecimentos também foram utilizados para a determinação do mês do Ramadã, das horas das orações e da orientação para Meca. A fabricação de instrumentos que facilitavam o desenvolvimento da astronomia possibilitara inclusive a tentativa de medir a esfericidade da terra, entre esses instrumentos a construções de astrolábios foi essencial para a navegação na terra e no mar. A figura abaixo demonstra este equipamento.

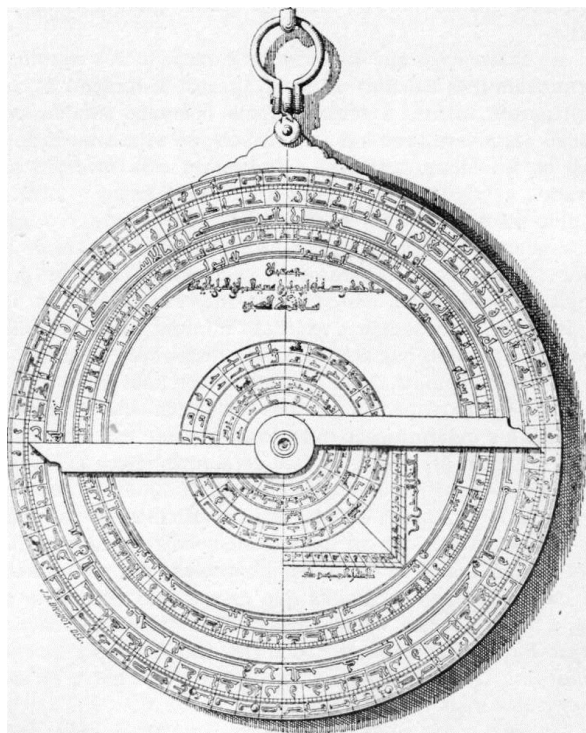


Figura 3 Antigo astrolábio árabe (Museu Espanhol de Antiguidades).

Sem dúvidas a contribuição do islã para as ciências foi preponderante para o desenvolvimento científico que o mundo passou a partir do século XIV, o contato com as mais diversas sociedades fez-se disseminar assim o conhecimento esquecido dos gregos, levar a conhecimento de todos os estudos indianos da matemática e astronomia. Além disso, o legado deixado nas bibliotecas e nas grandes construções nos dá a dimensão da importância desta sociedade para o progresso da humanidade.

Por fim, as análises constituídas a respeito do norte da África apresentam um panorama positivo sobre o papel dos norte africanos no cenário econômico mundial, sua participação como ponto da expansão da fé islâmica para a região do mar mediterrâneo e sua evidente conquista econômica modificam a forma como o continente é encarado, a tentativa de esconder a real importância da África para vai aos poucos sendo derrubada e cada vez mais os estudos comprovam a real posição do continente no cenário econômico medieval.

5 CONCLUSÃO

O Presente estudo tem a finalidade de colaborar com a construção de um novo olhar para as questões que envolvem a História Medieval, além de auxiliar nas reflexões sobre como o Oriente foi essencial para o desenvolvimento econômico e cultural do Ocidente. Demonstrando de uma perspectiva diferente da tradicional, o continente africano e sua importância como ponte entre culturas díspares e como palco de inúmeras inovações científicas.

A história possui vida e instrumentos variados de resgate. Mais do que isso, o esforço e os caminhos alternativos da pesquisa histórica na África, para além, de reconstruir sua relevância teórica e política no estabelecimento de contribuições às diversas correntes interessadas na superação da agenda eurocêntrica das ciências sociais, também serviram como modelos de estudos realizados fora do continente.

É necessário ater-se aos fatos para que a informação que atinge a todos não transforme as convicções em dúvidas, o objetivo de elucidar questionamentos a respeito deste objeto de estudo possibilita uma expansão de novas possibilidades. No que diz respeito a maneira como a religião é encarada por cada um, torna mais fascinante a exploração dos fatos contidos nas entrelinhas e como a religião não se simplifica apenas na fé, ela se torna cada vez mais complexa compreendendo a vida social, política e econômica do mundo.

Percebe-se, que, no momento atual da construção das formas de ver e pensar a história da África, as renovações e modificações nos enfoques dos estudos trouxeram modelos explicativos que tendem a fugir dos enquadramentos simplistas, generalizantes e somente ocidentais. Suas análises se iniciam pelo próprio universo africano, seja pelas perspectivas dos africanos, seja pelas novas percepções sobre suas histórias, realizadas por pesquisadores de vários países.

Nesse sentido, para finalizar, com a esperança de ter cumprido meu objetivo inicial, faço minhas as palavras de M'Bow: “Durante muito tempo, mitos e preconceitos de toda espécie esconderam do mundo a real história da África. As sociedades africanas passavam por sociedades que não podiam ter história”.

REFERÊNCIAS

- ALCORÃO, O Livro Sagrado do Islã. Tradução Mansour Chalita. Rio de Janeiro, 2011.
- DEMANT, P. **O mundo muçulmano**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- EL FASI, M., & HRBEK, I. **História geral da África, III: África do século VII ao XI**. Brasília: UNESCO. v. 3. 2011.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Nova Fronteira, 1986.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.
- LE BON, Gustave. **A Civilização árabe**. Paraná Cultural, 1965.
- LEWIS, B. **O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje**. J. Zahar. 1996.
- LEWIS, B. **Os Árabes na História**. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa. 1990.
- LEWIS, Bernard. **A crise do Islã: guerra santa e terror profano**. Zahar, 2004.
- LO JACONO, C. L'Egitto dalla conquista araba a Napoleone. In: BRANCA, P. (a cura di). **Egitto: Dalla Civiltà dei Faraoni al Mondo Globale**. Milano: Jaca Books, 2007. p. 69.
- LOMBARD, Maurice. **O ouro muçulmano do VII ao XI século**. As bases monetárias de uma supremacia econômica. Revista de História, v. 6, n. 13, p. 25-46, 1953.
- KIRK, George Eden. **História do Oriente Médio: desde a ascensão do Islã até a época contemporânea**. Zahar, 1967.

MANTRAN, R. **A expansão muçulmana: séculos VII-XI.** (T. v. Solstein, Trad.) São Paulo: Pioneira. 1977.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIQUEL, André; GUERREIRO, Francisco Nunes; BONIN, Serge. **O Islame e a sua civilização: séculos VII-XX.** 1971.

NABHAN, Neuza Neif. **Islamismo: de Maomé a nossos dias.** Editora Atica, 1996.

NUNES, Augusto Fernando Tiago Santos. **Ibn Marwan e a fitna: islamismo e feudalismo no Gharb al-Andalus.** 2015. Tese de Doutorado.

PIRENNE, Henri. Maomé e Carlos Magno: o impacto do Islã sobre a civilização européia. Trad. **Regina Schöpke e Mauro Baladi.** Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2010.

RIBEIRO, Emília Thereza Álvares. Os árabes, os mares e as grandes transformações históricas. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA**, 5., 1969, Campinas. Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Portos, rotas e comércio. São Paulo: FFLCH-USP, 1971, v. 1. p. 148-158. Respostas às intervenções dos simposistas.

Matemática árabe. Disponível em : < <http://www.consciencia.org/a-civilizacao-arabe-matematicas-e-astronomia>>. Acesso em: 06 de Março de 2017.

As Relações Políticas Entre Os Mouros Da Espanha E Norte Da África No Período De Dominação Islâmica Na Península Ibérica Medieval <<http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/historiabh/article/view/1335>>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2017.

De Alexandria ao Islão: a tradução algébrica de Euclides e a convergência de saberes matemáticos na Casa da Sabedoria. Disponível em:

⟨[https://digitalis.uc.pt/pt-](https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/de_alexandria_ao_isl%C3%A3o_tradu%C3%A7%C3%A3o_alg%C3%A9brica_de_euclides_e_converg%C3%Aancia_de_saberes_matem%C3%A1ticos)

[pt/artigo/de_alexandria_ao_isl%C3%A3o_tradu%C3%A7%C3%A3o_alg%C3%A9brica_de_euclides_e_converg%C3%Aancia_de_saberes_matem%C3%A1ticos](https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/de_alexandria_ao_isl%C3%A3o_tradu%C3%A7%C3%A3o_alg%C3%A9brica_de_euclides_e_converg%C3%Aancia_de_saberes_matem%C3%A1ticos)⟩.

Acesso em: 06 de março de 2017.

A expansão árabe na África e os Impérios Negros de Gana, Mali e Songai (sécs. VII-XVI). 2009. Disponível em: ⟨<http://logosapologetica.com/expansao-arabe-africa-imperios-negros-gana-mali-songai-secs-vii-xvi/#axzz4bBBXxIPb>⟩. Acesso em: 12 de junho de 2016.